

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Ministério das Cidades



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério das Cidades

EXERCÍCIO 2010

ANO BASE 2009

**Brasília
2010**

SUMÁRIO

1. AVALIAÇÃO SETORIAL	5
1.1 CARACTERIZAÇÃO	5
1.2 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO ÓRGÃO	5
1.3 AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS SETORIAIS	9
2. AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS	13
2.1 PROGRAMA 0122 – SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	13
2.1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2009	18
2.1.2 POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE FINAL PREVISTO INDICADOR E DE CUMPRIMENTO DE METAS	19
2.1.3 COBERTURA DO PÚBLICO ALVO	19
2.1.4 SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	20
2.1.5 OUTRA FORMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	20
2.1.6 MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	21
2.1.7 COMENTÁRIOS ADICIONAIS – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DO PROGRAMA E INDICAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTOS NECESSÁRIOS	21
2.2 PROGRAMA 0660 – SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	21
2.2.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2009	23
2.2.2 POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE FINAL PREVISTO INDICADOR E DE CUMPRIMENTO DE METAS	25
2.2.3 COBERTURA DO PÚBLICO ALVO	26
2.2.4 SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	26
2.2.5 OUTRA FORMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	26
2.2.6 MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	27
2.3 PROGRAMA 0810 – QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT – PBQP-H	27
2.3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2009	29
2.3.2 POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE FINAL PREVISTO INDICADOR E DE CUMPRIMENTO DE METAS	30
2.3.3 COBERTURA DO PÚBLICO ALVO	30
2.3.4 SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	31
2.3.5 OUTRA FORMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	31
2.3.6 MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	31
2.3.7 COMENTÁRIOS ADICIONAIS – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DO PROGRAMA E INDICAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTOS NECESSÁRIOS	32
2.4 PROGRAMA 1128 – URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	32
2.4.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2009	36
2.4.2 POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE FINAL PREVISTO INDICADOR E DE CUMPRIMENTO DE METAS	37
2.4.3 COBERTURA DO PÚBLICO ALVO	38
2.4.4 SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	39
2.4.5 OUTRA FORMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	39
2.4.6 MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	39
2.4.7 COMENTÁRIOS ADICIONAIS – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DO PROGRAMA E INDICAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTOS NECESSÁRIOS	40
2.5 PROGRAMA 1136 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA	40
2.5.1 POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE FINAL PREVISTO INDICADOR E DE CUMPRIMENTO DE METAS	43
2.6 PROGRAMA 1137 – REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	46
2.6.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2009	47
2.6.2 POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE FINAL PREVISTO INDICADOR E DE CUMPRIMENTO DE METAS	48
2.6.3 COBERTURA DO PÚBLICO ALVO	49
2.6.4 SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	49
2.6.5 OUTRA FORMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	50
2.6.6 MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	50
2.6.7 COMENTÁRIOS ADICIONAIS – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DO PROGRAMA E INDICAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTOS NECESSÁRIOS	50

2.7 PROGRAMA 1295 – DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	51
2.7.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2009	57
2.7.2 POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE FINAL PREVISTO INDICADOR E DE CUMPRIMENTO DE METAS	58
2.7.3 COBERTURA DO PÚBLICO ALVO	61
2.7.4 SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	62
2.7.5 OUTRA FORMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	62
2.7.6 MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	63
2.7.7 COMENTÁRIOS ADICIONAIS – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DO PROGRAMA E INDICAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTOS NECESSÁRIOS	63
2.8 PROGRAMA 1321 – HABITAÇÃO DE MERCADO	64
2.8.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2009	65
2.8.2 POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE FINAL PREVISTO INDICADOR E DE CUMPRIMENTO DE METAS	66
2.8.3 COBERTURA DO PÚBLICO ALVO	67
2.8.4 SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	67
2.8.5 OUTRA FORMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	67
2.8.6 MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	68
2.8.7 COMENTÁRIOS ADICIONAIS – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DO PROGRAMA E INDICAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTOS NECESSÁRIOS	68
2.9 PROGRAMA 9989 – MOBILIDADE URBANA	68
2.9.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2009	71
2.9.2 POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE FINAL PREVISTO INDICADOR E DE CUMPRIMENTO DE METAS	72
2.9.3 COBERTURA DO PÚBLICO ALVO	73
2.9.4 SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	73
2.9.5 OUTRA FORMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	73
2.9.6 MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	74
2.9.7 COMENTÁRIOS ADICIONAIS – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DO PROGRAMA E INDICAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTOS NECESSÁRIOS	74
2.10 PROGRAMA 9991 – HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	75
2.10.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2009	77
2.10.2 POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE FINAL PREVISTO INDICADOR E DE CUMPRIMENTO DE METAS	77
2.10.3 COBERTURA DO PÚBLICO ALVO	78
2.10.4 SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	78
2.10.5 OUTRA FORMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	79
2.10.6 MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	79
2.10.7 COMENTÁRIOS ADICIONAIS – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DO PROGRAMA E INDICAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTOS NECESSÁRIOS	80

Avaliação PPA 2009

1. AVALIAÇÃO SETORIAL

1.1 CARACTERIZAÇÃO

Órgão: 56000 - Ministério das Cidades (MCID)

1.2 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO ÓRGÃO

Autorizado (LOA + Créditos): R\$15.314.807.771,00	Empenho Liquidado:	R\$ 39.119.521.862,73
	Pago Estatais:	R\$ 0,00
	Total:	R\$ 39.119.521.862,73
Previsto não-orçamentário	Realizado não orçamentário	
R\$ 20.950.000.001,00	R\$ 34.198.930.601,38	

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2009		
		Previsto	Realizado*	%
Finalístico	0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2.355.390.403,00	451.727.698,60	19,18
	0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	534.100.000,00	152.436.001,30	28,54
	0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	1.800.000,00	390.038,79	21,67
	1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	3.206.853.594,00	1.235.945.325,03	38,54
	1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	2.894.000,00	204.001,19	7,05
	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	1.082.823.749,00	647.829.264,80	59,83
	9989 Mobilidade Urbana	263.148.380,00	600.190,77	0,23
	9991 Habitação de Interesse Social	503.102.098,00	47.049.123,32	9,35
Finalístico (total)		7.950.112.224,00	2.536.181.643,80	31,90
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	2.099.183.219,00	32.741.892,26	1,56
	1136 Fortalecimento da Gestão Urbana	31.628.000,00	4.711.362,68	14,90
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais (total)		2.130.811.219,00	37.453.254,94	1,76
Total Global		10.080.923.443,00	2.573.634.898,74	25,53

* Valores Executados (liquidado) em 2009

Programas	Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)
		Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração	
0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto	Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água - PERCENTAGEM	82,30	31/12/2005	92,14	12/2008	86,00
	Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto - PERCENTAGEM	48,20	31/12/2005	60,71	12/2008	55,00
	Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida - PERCENTAGEM	35,30	31/12/2005	34,60	12/2008	43,96
0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos - %	6,30	31/12/2005	6,50	11/2008	6,30
	Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos - %	91,10	31/12/2005	75,20	12/2008	91,10
0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC - porcentagem (%)	3,40	01/12/2006	6,36	12/2009	7,30
	Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil - porcentagem	84,00	01/05/2007	87,30	12/2009	88,00
1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas - %	4,20	31/12/2005	4,18	12/2007	2,23
	Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos - %	2,24	31/12/2006	0,00		11,12
	Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infraestrutura urbana adequada - %	31,20	31/12/2005	28,00	12/2007	16,30

	Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo - %	10,50	31/12/2005	9,00	12/2007	1,50
	Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos - %	6,00	31/12/2002	0,00		0,00
1136 Fortalecimento da Gestão Urbana	Taxa de Municípios Consorciados para Habitação - PERCENTAGEM	1,20	01/11/2001	0,00		0,00
	Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados - PERCENTAGEM	55,00	31/12/2006	0,00		100,00
	Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários - PERCENTAGEM	81,50	01/11/2001	0,00		0,00
	Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Esgotamento Sanitário - PERCENTAGEM	1,60	01/11/2001	0,00		16,00
	Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Coleta de Lixo - PERCENTAGEM	2,00	01/11/2001	0,00		20,00
	Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos - %	0,00	01/01/2007	16,00	12/2009	95,10
1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção - PERCENTAGEM	11,00	31/12/2003	0,00		0,00

	Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros - %	6,26	31/12/2006	28,50	12/2009	62,63
1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos - PERCENTAGEM	73,40	31/12/2003	75,40	12/2008	99,30
	Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - MILHAR	30.941,00	31/12/2003	43.830,00	12/2009	70.500,00
	Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - MILHAR	48.329,00	31/12/2003	59.870,00	12/2009	101.000,00
	Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - MILHAR	10.399,00	31/12/2003	6.321,19	12/2009	26.940,00
	Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - MILHAR	4.259,00	31/12/2003	4.409,18	12/2009	77.985,00
	Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - MILHAR	44.683,00	31/12/2003	44.404,86	12/2009	45.621,94
	Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - MILHAR	1.611,00	31/12/2003	1.795,00	12/2009	7.963,00
	Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB - MILHAR	2.050,00	31/12/2003	2.890,00	12/2009	7.612,00

	Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN - MILHAR	2.262,00	31/12/2003	2.134,00	12/2009	13.032,00
1321 Habitação de Mercado	Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos - UNIDADE	292.400,00	31/12/2005	180.998,00	09/2008	200.229,00
	Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 10 Salários Mínimos - UNIDADE	63.222,00	31/12/2005	38.105,00	09/2008	43.293,00
9989 Mobilidade Urbana	Coeficiente de Mobilidade Urbana - viagens ao dia/habitante	1,50	01/01/2002	0,00		2,00
9991 Habitação de Interesse Social	Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos - UNIDADE	7.136.137,00	31/12/2005	0,00		4.886.666,00
	Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos - UNIDADE	7.610.299,00	31/12/2005	0,00		5.211.361,00

1.3 AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS SETORIAIS

O Ministério das Cidades possui oito objetivos setoriais, todos eles vinculados e plenamente alinhados com o objetivo de Governo: "Promover a inclusão social e a redução das desigualdades":

1 - SANEAMENTO: "Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização";

2 - MELHORIA DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO: "Estimular a melhoria da gestão dos serviços de saneamento pelo apoio a implementação de sistemas de gestão aos prestadores de serviço, elaboração de Planos de Saneamento Locais e disseminação da gestão associada, especialmente Consórcios Públicos";

Verifica-se um aumento contínuo de aplicação de recursos na função Saneamento, tendo sido empenhados, no Programa 0122 - Serviços Urbanos de Água e Esgoto - o valor orçamentário de R\$ 2.186.722.274 (92,83% do previsto) - sendo que no Ministério das Cidades de uma dotação autorizada de R\$ 1.496.502.584, foi empenhado R\$ 1.418.004.362 (94,79% do total). Valores Não-Orçamentários: de R\$ 3.400.000.000 realizou-se R\$ 1.939.905.692 (57%). No âmbito do Programa Saneamento para Todos, com recursos financiados, foram selecionados 48 projetos de abastecimento de água e 61 de

esgotamento sanitário totalizando o valor aproximado R\$ 4,5 bilhões. No que tange a projetos contratados, foram 54 de abastecimento de água e 25 de esgotamento sanitário, num valor total próximo de R\$ 2,0 bilhões. Com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, destacam-se obras no complexo de Manguinhos - implantação de rede de abastecimento de água, rede coletora e ligações domiciliares de esgoto dentre outras; abastecimento de água em Macapá beneficiando 66 mil famílias; esgotamento sanitário em Fortaleza, beneficiando cerca de 60 mil famílias; ampliação e melhorias no sistema de esgotamento sanitário de Cuiabá, dentre outras.

3 - HABITAÇÃO DE MERCADO: "Ampliar o mercado imobiliário para atendimento às faixas de renda média e média baixa";

Representado pelo Programa não-orçamentário 1321 - Habitação de Mercado, superou as expectativas na aplicação dos recursos com um acréscimo de 197% em relação às previsões iniciais. (de R\$ 12.599.238.876 para R\$ 24.853.952.635). Destaque para a ação de Financiamento para compra de material de construção com recursos aplicados de R\$ 3.030.518.037. Outro destaque foi a Carta de Crédito com aplicações de recursos de R\$ 3.539.227.148, financiando pessoas físicas na construção, reforma ou aquisição de imóveis novos e usados. Ainda o Financiamento Imobiliário Habitacional - SBPE alavancou R\$ 15.741.869.799 (Programa a título de informação).

4 - APERFEIÇOAMENTO DO ESPAÇO URBANO: "Aperfeiçoar a gestão do espaço urbano pela promoção da regularização fundiária de assentamentos informais, requalificação de áreas centrais e prevenção a desastres sócio-ambientais";

No Programa 1137 - Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, de um valor previsto orçamentário de R\$ 2.894.000 empenhou-se R\$ 1.406.023 (48,58%). Especificamente no MCidades, de um valor orçamentário de R\$ 2.594.000, foi empenhado R\$ 1.293.290.(49,85%).

Desde 2003 já foram apoiadas ações de reabilitação de áreas centrais em cerca de 130 municípios. Foram realizadas também vistorias em mais de 560 imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral da Previdência Social com o objetivo de avaliar as possibilidades de destinação dos imóveis a programas de provisão habitacional. Destes, 190 imóveis foram aprovados. A criação do PAC - Cidades Históricas irá viabilizar a execução de ações de requalificação urbanística, infraestrutura urbana e social, além de recuperação de imóveis públicos. Foi também celebrado acordo de cooperação técnica visando à reabilitação da área central do Rio de Janeiro.

5 - FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: "Formular e implementar a Política e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e as Políticas Setoriais do Ministério, de forma integrada, com participação da sociedade e entes federados, de acordo com o Estatuto da Cidade";

Programa 0310 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano: De uma previsão orçamentária de R\$ 2.099.183.219, empenhou-se R\$ 1.512.607.847 (72%).

6 - IMPLEMENTAR A POLÍTICA HABITACIONAL: "Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários";

Três são os programas que atuam na implementação da política habitacional: 9991 - Habitação de Interesse Social: de um valor orçamentário previsto de R\$ 503.102.098, empenhou-se R\$ 355.020.733 (70,58%); com um valor não-orçamentário inicial de R\$ 4.136.917.615 superou as expectativas com

crescimento acima de 300%, R\$ 13.762.575.598. O Programa foi alavancado pelo Minha Casa Minha Vida, que estimulou a construção de imóveis novos, além de expandir a concessão de subsídios para famílias com renda familiar até 5 salários mínimos. Com uma previsão inicial de contratação de 261.305 unidades habitacionais, contratou-se 314.660. A ação financiamento a pessoa física com renda de até 5 salários mínimos para construção, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado, usando recursos do FGTS, obteve o valor de R\$ 5.980.474.138 de financiamentos. O Programa de Arrendamento Residencial - PAR obteve um montante financiado de R\$ 5.969.158.512, sendo outro destaque.

Programa 0810 - Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP_H: empenhou-se R\$ 400.000 de um total orçamentário previsto de R\$ 1.800.000 (22,22%); valor aplicado na Gestão e Administração do Programa. Houve aumento do valor do índice da taxa de empresas avaliadas no SiAC (Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil), de 5,4% para 6,36%. Ocorreram também avanços na qualidade de materiais e componentes da construção civil.

Programa 1128 - Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários: com previsão orçamentária de R\$ 3.206.853.594 empenhou-se R\$ 3.060.702.289 (95,45%). Destaque para Saneamento Integrado com empenho de R\$ 1.091.697.833, tendo sido selecionado e contratado 1 operação no ano; Urbanização de Assentamentos Precários com empenho de R\$ 1.301.703.498, com seleção de novos projetos e complementação de obras em andamento, as quais beneficiarão mais de 50 mil famílias e também Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, com empenhos no valor de R\$ 658.969.147. Os recursos estão sendo alocados em grandes projetos de urbanização de assentamentos precários tais como: Rocinha, Manguinhos e Alemão, no Rio de Janeiro; Heliópolis e Paraisópolis em São Paulo; Estrutural no Distrito Federal, dentre outros.

7 - PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: "Promover a capacitação institucional e democratizar o acesso à informação para o planejamento e gestão urbana, e incentivar a implementação do Estatuto da Cidade";

Programa 1136 - Fortalecimento da Gestão Urbana: o valor previsto foi de R\$ 31.628.000, dos quais foram empenhados R\$ 23.759.541 (75,12%). Em uma de suas atividades deu-se a continuidade, desde 2007, às ações do Projeto "Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação de Planos Diretores". Também mereceu atenção especial as questões relacionadas à prevenção e a mediação de conflitos fundiários urbanos.

8 - TRANSPORTE URBANO: "Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito";

Três são os programas dedicados a este objetivo setorial:

Programa 9989 - MOBILIDADE URBANA: com um valor orçamentário previsto de R\$ 263.148.380, empenhou-se R\$ 50.435.398, (19,17%). Valor este a ser utilizado em Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano, Projetos de Sistema de Circulação Não-Motorizados, Apoio a Projetos de Acessibilidade dentre outros.

Programa 0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: Direito e Responsabilidade de Todos: com previsão orçamentária de R\$ 534.100.000 este programa empenhou R\$ 428.417.806 (80,21%). As ações foram voltadas ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, com o objetivo precípua de oferecer à sociedade um trânsito seguro, promovendo assim a redução da gravidade e da ocorrência de acidentes de trânsito.

Programa 1295 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS: de um valor previsto na Lei Orçamentária de R\$ 1.082.823.749, foram empenhados R\$ 1.021.774.026 (94,36%). Este Programa contempla:

a) Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU: destacou-se com os seus resultados positivos apresentados nos 5 sistemas, principalmente, com o aumento do número de passageiros transportados, aumento da sua receita total anual e investimentos de R\$ 253.756.420.

b) Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB: destaque para a expansão da malha metroviária do sistema onde foram empenhados R\$ 250.000.000,00 (100% do previsto) com investimentos no trecho Novo Hamburgo - São Leopoldo.

CONCLUSÃO: avaliando os Programas e a sua relação com os objetivos setoriais e de Governo, verificamos que, com o advento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC houve um grande avanço tanto qualitativamente como quantitativamente nas ações do Ministério, melhora esta que vem em um crescimento contínuo ano após ano.

Fontes: SIGPLAN, SIAFI, Mensagem Presidencial, Prestação de Contas.

2. AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

2.1 PROGRAMA 0122 – SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO

Tipo do Programa

Finalístico.

Problema

Há no Brasil um alto índice de insalubridade ambiental em áreas urbanas decorrente de deficiências na prestação dos serviços de saneamento ambiental e escassez de recursos para expansão da cobertura dos sistemas existentes, que atingem de forma mais intensa a população de menor nível sócio-econômico, comprometendo sua qualidade de vida e a sustentabilidade do meio urbano.

Objetivo

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Público Alvo

População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes - 20AG (Município atendido /UNIDADE)	222,00	252,00	27.851.331,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes - 20AG (Município atendido /UNIDADE)	0,00	0,00	341.336,98	98.965,49
Apoio à Implantação de sistema de Esgotamento Sanitário em Macapá - AP - 7N68 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	12.000,00	0,00	24.384.886,00	0,00
Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS) - 10T1 (Família beneficiada/UNIDADE)	12.500,00	4.648,00	15.000.000,00	7.926.506,86
(RAP 2008) Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS) - 10T1 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	204,00	4.216.593,77	243.925,54
Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios	423.915,00	159.787,00	504.888.207,00	188.785.956,86

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 10SC (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)				
(RAP 2008) Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 10SC (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	95.025,00	226.749.910,31	114.069.505,66
(RAP 2008) Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Boa Vista - RR - 7L49 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	0,00	8.000.000,00	0,00
Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1N08 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	400.469,00	90.664,00	941.530.491,00	203.645.023,72
(RAP 2008) Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 006F (-/-)	0,00	0,00	3.036.071,00	3.002.674,22
(RAP 2008) Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1N08 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	95.069,00	485.081.414,80	225.677.109,09
Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano - 20AF (Sistema atendido/UNIDADE)	362,00	362,00	12.000.000,00	360.356,21
(RAP 2008) Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano - 20AF (Sistema	0,00	0,00	13.842.317,26	514.663,58

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
atendido/UNIDADE)				
Financiamento a Concessionários para Projetos de Desenvolvimento Institucional - 9568 (Financiamento concedido/UNIDADE)	102,00	0,00	202.500.000,00	0,00
Financiamento a Projetos de Saneamento Básico - 90FC (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	500.000,00	5.762.540,00	600.000.000,00	1.728.764.047,00
Financiamento a Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos - 90FA (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	500.000,00	680.218,00	250.000.000,00	204.064.703,00
Financiamento para a Elaboração de Projetos de Saneamento Ambiental - 9564 (Projeto elaborado/UNIDADE)	98,00	1,00	97.500.000,00	0,00
Financiamento para Estados, Municípios e Concessionários Estaduais e Municipais para Projetos de Saneamento Ambiental Integrado - 9565 (Família beneficiada/UNIDADE)	25.001,00	0,00	300.000.000,00	0,00
Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água - 9562 (Família beneficiada/UNIDADE)	625.001,00	747.768,00	750.000.000,00	7.076.942,33
Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários - 9563 (Família beneficiada/UNIDADE)	500.000,00	472.638,00	1.200.000.000,00	0,00
Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental - 6908 (Município beneficiado/UNIDADE)	1.113,00	1.702,00	4.125.000,00	825.856,42
(RAP 2008) Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental - 6908 (Município beneficiado/UNIDADE)	0,00	0,00	1.159.374,41	76.219,29
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	1.000.000,00	879.121,19
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	57.827.554,00	42.842.227,57
(RAP 2008) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	102.240,24	59.370,05
(RAP 2008) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	17.758.571,57	13.673.570,70
Implantação de Interceptores e Estações de Recalque no Rio Paraibuna em Juiz de Fora	14.000,00	0,00	8.999.000,00	0,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
- MG - 7N72 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)				
Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (-/-)	0,00	0,00	28.700.000,00	0,00
Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	4.824,00	20.874,00	50.895.000,00	2.818.515,77
(RAP 2008) Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	0,00	117.353.750,40	22.047.862,69
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (-/-)	0,00	0,00	119.740.000,00	0,00
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	240,00	0,00	300.000,00	0,00
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	156.249,00	269.009,00	221.070.000,00	2.014.134,00
(RAP 2008) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	0,00	321.416.173,89	23.986.428,98
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento	0,00	0,00	3.180.000,00	0,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Econômico (RIDE) - 10GE (-/-)				
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	154,00	0,00	400.000,00	0,00
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	100.964,00	85.164,00	297.498.934,00	1.630.000,00
(RAP 2008) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	0,00	364.228.758,43	22.371.866,06
Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES - 2905 (Carga poluidora abatida/kg de dbó/dia)	666.667.000,00	0,00	36.000.000,00	0,00
Subtotal LOA + Créditos 2009	2.355.390.403,00		451.727.698,60	
Subtotal RAP 2008	1.563.286.513,06		425.822.161,35	
Subtotal Nao-Orcamentario 2009	3.400.000.000,00		1.939.905.692,33	
TOTAL	7.318.676.916,06		2.817.455.552,28	

Indicadores

Indicador 1			Unidade de Medida
Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida			PERCENTAGEM
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
35,30	31/12/2005	34,6	43,96
Indicador 2			Unidade de Medida
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água			PERCENTAGEM
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA

Indicador 2				Unidade de Medida
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água				PERCENTAGEM
82,30	31/12/2005	92.14	86,00	
Indicador 3				Unidade de Medida
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto				PERCENTAGEM
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
48,20	31/12/2005	60.71	55,00	

2.1.1 Principais Resultados em 2009

Principais Resultados Hierarquizados:

Já pelo PAC, de uma dotação inicial de R\$ 1.397.164.291, foram pagos R\$ 396.679.918 (28% da dotação disponível). O total de empenho foi de R\$ 1.384.585.658, ou seja, 99% do orçamento disponibilizado. No Ministério das Cidades, o programa conta com um portfólio de 365 empreendimentos, sendo que desse universo, 301 contratos apresentaram empenho no exercício e 128 tiveram pagamento realizado. Apesar do longo período de maturação de obras de saneamento, já existem empreendimentos concluídos no âmbito do programa. São onze contratos que totalizam R\$ 46.519.063.

Obtenção dos Resultados:

Alcance entre 80% a 100% do previsto.

Justificativa:

O Programa foi bem sucedido tanto na seleção e contratação de empreendimentos no âmbito de suas ações, como também na gestão daqueles contratados nos exercícios prévios. Trata-se de programa em que a maioria dos empreendimentos está enquadrado no Programa de Aceleração do Crescimento. Assim, o dispositivo legal que impediu o contingenciamento de recursos destinados a essas obras foi fundamental para manutenção de níveis de execução satisfatórios. Ademais, no decorrer do ano foram tomadas medidas normativas e de gestão que viabilizaram a continuidade do portfólio de projetos contratados em exercícios anteriores. Dentre as principais medidas normativas, destacam-se as portarias que prorrogam as cláusulas suspensivas dos contratos de 2007 e 2008 a e Portaria 239, que autorizou a redução de até 40% (quarenta por cento) do valor da contrapartida pactuada nos Termos de Compromisso firmados no âmbito das ações do PAC. No que tange à gestão, foram integrados à equipe do Programa analistas e especialistas de infra-estrutura, fato que viabilizou que as atividades relacionadas ao programa fossem monitoradas de maneira mais efetiva e assim, problemas puderam ser identificados com mais presteza e medidas corretivas foram tomadas tempestivamente.

2.1.2 Possibilidade de Alcance do Índice Final Previsto Indicador e de Cumprimento de Metas

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida (PERCENTAGEM)	35,30	31/12/2005	Apurado 34,60	12/2008	43,96	-	-	X	-

Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

O índice de referência de 2005 apresentado pelo Sigplan não está consistente com o valor da série histórica da Fonte: o SNIS. O Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida em 2005 era de 31,66%. Portanto houve um aumento significativo neste indicador de desempenho do Programa.

Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água (PERCENTAGEM)	82,30	31/12/2005	Apurado 92,14	12/2008	86,00	X	-	-	-
---	-------	------------	---------------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto (PERCENTAGEM)	48,20	31/12/2005	Apurado 60,71	12/2008	55,00	X	-	-	-
--	-------	------------	---------------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

2.1.3 Cobertura do Público Alvo

A Alcance acima de 100% do previsto.	B Alcance entre 80% a 100% do previsto.	C Alcance entre 40% a 80% do previsto.	D Alcance abaixo de 40% do previsto.	E Não aplicável
-	X	-	-	-

Descrição do Público-alvo**:

População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Justificativa:

O principal indicador do programa em epígrafe é a cobertura do público atendido pelos serviços de abastecimento de água ou esgotamento sanitário. A implantação dos projetos apoiados demonstra que a população mais beneficiada é aquela habitante de periferias ou de regiões de menor nível socioeconômico. Ademais, as externalidades positivas decorrentes de intervenções de saneamento básico nessas regiões afetam de forma primordial a qualidade de vida da população de baixa renda, em especial sua saúde.

** Público-Alvo: especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.

2.1.4 Satisfação dos Beneficiários

O programa avalia a satisfação de seus beneficiários***?

Sim	Não
-	X

DIFICULDADES PARA A AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA E COMO AS MESMAS PODERÃO SER SUPERADAS

Hoje, por questões orçamentárias, o programa apóia apenas ações com natureza de despesa de investimento. No entanto, a boa provisão de serviços de água e esgoto é decorrência do funcionamento eficiente de um sistema, que por sua vez é operado por estados ou municípios. Assim, torna-se um desafio estabelecer o nexo de causalidade entre as ações apoiadas pelo programa e a plena oferta adequada do serviço. Além disso, a satisfação do usuário muitas vezes depende de questões relativas à gestão dos prestadores, instituições sobre as quais o programa não possui governabilidade.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa

2.1.5 Outra Forma de Avaliação do Programa

Sim	Avaliação em andamento	Não
-	X	-

A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

1. Fundação Osvaldo Cruz - Fiocruz 2. Tribunal de Contas da União.

B) ASPECTOS AVALIADOS DO PROGRAMA:

1. Potenciais impactos dos empreendimentos do PAC Saneamento 2. Na seleção dos projetos, o programa apresentou equidade na alocação de recursos segundo o critério do déficit absoluto na prestação dos serviços de água e esgoto.

C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

1. 2010; 2. 2009.

2.1.6 Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Sim	Não
X	-

A) Discussão em Conselho Setorial - justificativa:

Uma das ações do projeto, o prodes (ação 2905), apresenta mecanismos que promovem a participação social, haja vista que o processo de habilitação de propostas e de seleção dos empreendimentos é influenciado diretamente por decisões dos comitês de bacia, nos quais é garantida a representação da sociedade civil organizada.

Comentários adicionais

No âmbito da implementação do programa, sempre que um empreendimento de saneamento provocar mudanças nas condições de vida da população, assim como na relação e condições de acesso das pessoas aos serviços de saneamento deverá ser realizado o "Trabalho Socioambiental". O trabalho socioambiental compreende um conjunto de ações educativas e de mobilização social, planejadas e desenvolvidas pelo proponente em função das obras contratadas, tendo como objetivo promover a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental do empreendimento, assim como qualificar e aperfeiçoar os investimentos em saneamento. Observadas as características do empreendimento e o perfil da população beneficiária, as atividades desenvolvidas pelo trabalho socioambiental têm a função de incentivar a gestão participativa por meio da criação de mecanismos capazes de viabilizar a participação da população nos processos de decisão e manutenção dos bens/serviços empreendidos para adequá-los à realidade socioeconômica e cultural e às reais prioridades dos grupos sociais atendidos.

2.1.7 Comentários Adicionais – avaliação da concepção do programa e indicação de aperfeiçoamentos necessários

A) Inclusão ou Exclusão de Ações. Deve-se verificar a pertinência e suficiência das ações.

Tanto pelo seu impacto financeiro, como por seus benefícios ambientais, as ações no sentido de redução de perdas de água têm ganhado extrema relevância. No Brasil os índices de perdas de água no abastecimento chegam a níveis alarmantes e indicam que quase 40% da água captada é perdida. Nesse contexto, a eficiência do sistema não poderá mais ser identificada somente pelo aumento da produção ou da cobertura, mas principalmente pela redução da diferença entre o que é produzido e o que é entregue pelas operadoras do sistema de água. Assim, como forma de sinalizar a importância sobre o tema e permitir a transparência da gestão de recursos a serem aplicados, faz-se necessária a criação de uma ação específica destinada à redução de perdas de água do sistema de abastecimento.

2.2 PROGRAMA 0660 – SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS

Tipo do Programa

Finalístico.

Problema

O Brasil é um dos recordistas mundiais de acidentes de trânsito, problema que se reflete em índices como na taxa de mortes por 10 mil veículos de 6,80 enquanto em países desenvolvidos como Japão e Alemanha não atingem a taxa de 1,50. Isso demonstra a real periculosidade do trânsito no país, ocasionando elevadíssimas perdas individuais, sociais e econômicas, constituindo alto preço para a sociedade. Em estudo realizado pelo IPEA com o objetivo de quantificar mais precisamente quais são os custos relacionados aos acidentes de trânsito, chegou-se à estimativa de um custo anual de R\$ 5,3 bilhões, cerca de 0,4% do PIB do país, somente nos 50 maiores aglomerados urbanos. Esse valor sobe consideravelmente - estima-se que até R\$ 10 bilhões - caso sejam considerados os custos dos acidentes rodoviários. No ano de 2001 ocorreram 307.287 acidentes com vítimas no país, resultando em 20.039 vítimas fatais e 374.557 não fatais.

Objetivo

Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País.

Público Alvo

Sociedade.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - 6622 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	18.400,00	8.368,00	7.750.000,00	3.680.599,80
(RAP 2008) Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - 6622 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	0,00	0,00	54.649,22	32.638,44
Educação para a Cidadania no Trânsito - 4414 (Projeto elaborado/UNIDADE)	10,00	5,00	14.900.000,00	7.511.704,20
(RAP 2008) Educação para a Cidadania no Trânsito - 4414 (projeto elaborado/UNIDADE)	0,00	0,00	1.077.718,00	1.077.718,00
Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito - 4398 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	5,00	2,00	11.220.000,00	560.600,00
(RAP 2008) Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito - 4398 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	45.400,00	45.400,00
Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito - 8487 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	10,00	499,00	251.500.000,00	0,00
Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT - 8028 (Projeto elaborado/UNIDADE)	4,00	1,00	4.250.000,00	0,00
(RAP 2008) Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT - 8028 (projeto elaborado/UNIDADE)	0,00	0,00	1.400.028,00	1.400.028,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	12.900.000,00	8.559.923,05

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2008) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	1.932.016,35	1.625.298,90
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	120.000.000,00	41.633.892,49
(RAP 2008) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	28.357.678,80	26.597.388,39
Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito - 4410 (Sistema mantido/UNIDADE)	10,00	7,00	111.580.000,00	90.489.281,76
(RAP 2008) Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito - 4410 (sistema mantido/UNIDADE)	0,00	0,00	3.204.085,95	3.204.085,95
Subtotal LOA + Créditos 2009	534.100.000,00		152.436.001,30	
Subtotal RAP 2008	36.071.576,32		33.982.557,68	
Subtotal Nao-Orcamentario 2009	0,00		0,00	
TOTAL	570.171.576,32		186.418.558,98	

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida
Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos				%
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
6,30	31/12/2005	6.5	6,30	
Indicador 2				Unidade de Medida
Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos				%
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
91,10	31/12/2005	75.2	91,10	

2.2.1 Principais Resultados em 2009

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

Resultado 1: Campanhas educativas de Utilidade Pública. Foram veiculados em âmbito nacional, filmes para TV, spots de rádios, folders e cartazes para mobiliário urbano, no período de setembro a dezembro de 2009, abordando os seguintes temas: Semana Nacional de Trânsito, Dia Mundial sem carro, Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre-DPVAT, Seja educado no trânsito como você é na sua vida, Motorista legal é motorista consciente, Pedestre legal é pedestre consciente, Motociclista legal é motociclista consciente. O valor total da dotação orçamentária da ação, R\$ 120.000.000,00, foi integralmente provisionado para a Coordenação-

Geral de Recursos Logísticos-CGLOG do Ministério das Cidades, a qual providenciou o empenho da despesa no valor total, perfazendo o percentual de 100 % de execução.

Resultado 2: Apoio a projetos de melhoria das condições viárias para a redução de acidentes, tais como ajustes de geometria, passeios, passarelas, ciclovias, elementos redutores e controladores de velocidade, rotatórias, sinalização horizontal, vertical, semaforica, de orientação, tátil, sonora e medidas de moderação de tráfego que beneficiaram 499 municípios. O DENATRAN descentralizou recursos da ação 8487, no montante de R\$ 190.220.153,00, sendo R\$ 187.600.000,00 para investimento e R\$ 2.620.153,00 para custeio, para a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB, a serem executados por meio da celebração de Contratos de Repasse com a Caixa Econômica Federal-CEF. Desta forma, os recursos da ação de responsabilidade do DENATRAN, foram gerenciados pela Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SeMOB e executados pela CEF. Foram empenhados R\$ 189.173.086,64, correspondendo a 99,45% do total da dotação orçamentária descentralizada e 75,22% do total de execução da ação.

Resultado 3: Foram realizados os seguintes projetos/atividades referentes à Educação no Trânsito: 1) IX Prêmio Denatran de Educação no Trânsito: realizada a nona edição do prêmio para a qual foram enviados cerca de 18.000 trabalhos sobre o tema Trânsito, produzidos por estudantes, educadores, órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, organizações, instituições e empresas e premiados os melhores trabalhos. O concurso tem o objetivo de incentivar diversos setores da sociedade a refletirem sobre aspectos relativos à segurança, ao respeito e a cidadania no trânsito. Nesta edição foram premiados 29 trabalhos, produzidos por representantes de Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A Prefeitura Municipal de Guará/SP foi homenageada por ter enviado o maior número de trabalhos. 2) Denatran Responde nº 1 (motociclistas): primeiro volume da série de livretos educativos elaborada especificamente para responder a questões recorrentes feitas por motociclistas, fundamentadas na legislação, para dar conhecimento e promover a compreensão e respeito às leis e às pessoas que compartilham o espaço público. Foram distribuídos 940.000 livretos para órgãos e entidades do SNT, assim como para outras instituições ligadas ao setor. 3) Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental e Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola: cadernos educativos elaborados especificamente para que os educadores do ensino fundamental e da pré-escola conheçam e implementem ações de educação para o trânsito nas escolas, conforme a Portaria nº 147/2009 do Denatran. Foram distribuídos 6 exemplares para cada pré-escola e 8 para cada escola de ensino fundamental. Todas as escolas brasileiras receberam o material, totalizando 1.874.060 exemplares distribuídos. 4) Ciclo de Palestras Trânsito Consciente: projeto piloto, destinado aos alunos do Ensino Médio, iniciado em 6 capitais brasileiras. Tal projeto consiste na aplicação de uma pesquisa e na apresentação de uma palestra, com duração de uma hora e trinta minutos, sobre segurança e educação no trânsito. No evento, os alunos receberam uma mochila contendo uma camiseta, um caderno educativo Trânsito Consciente, um bloco de anotações e um certificado. Foram realizadas quatro palestras em cada uma das cidades de Florianópolis/SC, Curitiba/PR, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Recife/PE e Porto Alegre/RS, com a participação de, aproximadamente, 7.297 alunos do ensino médio. 5) Projeto Viva o Trânsito (para alunos do Ensino Fundamental): confecção de material composto por três livros paradidáticos com seis histórias infanto-juvenis e 1 software educativo. Cada livro, além das histórias, traz sugestões de atividades, curiosidades e demais informações relacionadas à educação e segurança no trânsito. Os livros foram distribuídos a 60.081 escolas de ensino fundamental, localizadas em 928 municípios integrados ao SNT, totalizando 1.441.994 exemplares. 6) Projeto Pela Estrada Afora: série de filmes para o público infanto-juvenil, composta por 12 programas educativos com 12 minutos de duração cada e exibidos aos sábados pela TV Cultura. Cada programa mostra uma diferente aventura das crianças Pedro, Julia, Rafa e Cris, que com a ajuda dos personagens dos contos de fadas descobrem a importância do respeito, do cuidado e da solidariedade no trânsito.

Resultado 4: Foram mantidos e melhorados os sistemas informatizados do DENATRAN, tais como Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), Registro Nacional de Carteira de Habilitação (RENACH), Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF), Sistema de Emissão de Certificado de Segurança Veicular (SISCSV), Restrições Judiciais de Veículos Automotores (RENAJUD), Módulo SISECV-empresas Credenciadas de Vistoria e DW de Trânsito. As informações dos bancos de dados dos sistemas RENAVAM e RENACH foram disponibilizadas para consultas, cadastramentos, atualizações e outras operações, sendo realizadas 413 milhões de transações (acessos). O RENAVAM possui cerca de 61,1 milhões de veículos cadastrados e o RENACH possui cerca de 51,7 milhões de condutores habilitados.

Resultado 5: Foi dada continuidade à implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SINIAV) que teve origem na Resolução CONTRAN nº 212, de 13 de novembro de 2006, editada para atender à Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006. A referida Resolução foi alterada pela Deliberação CONTRAN nº 85, de forma a corrigir o cronograma de implantação e promover a atualização de dados técnicos para o Sistema. As definições do DENATRAN sobre a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SINIAV, resultado do trabalho realizado a partir da Resolução CONTRAN nº 211/06, foram apresentadas à sociedade e à comunidade técnica no dia 29 de outubro de 2009, em evento realizado em Brasília. Nesse mesmo evento, foi definida a criação de quatro Grupos de Trabalho - GT de Tecnologia (subgrupo GT de Protocolo), GT de Sistemas, GT de Integração e GT de DETRANs. O objetivo dos Grupos de Trabalho do SINIAV é avaliar especificações complementares àquelas já definidas e apresentadas pelo DENATRAN.

Resultado 6: Voltado para o aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito no país, foi dada continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito que em 2009 capacitou 6.749 técnicos de municípios de todas as unidades da federação em 115 turmas onde foram ministrados cursos de Gestão de Trânsito, Legislação de Trânsito, Requalificação Didática de Instrutor de Trânsito e Análise de Recursos de Infrações de Trânsito. Foram também realizadas palestras dirigidas aos transportadores de cargas em 12 estados, atingindo um público de 1.600 pessoas. Foi celebrado Termo de Parceria com a Fundação Universidade de Brasília - FUB, para implementação do Projeto Plataforma Educacional do Denatran - Sistema de Avaliação de Examinadores e Instrutores de Trânsito e Escola Virtual de Trânsito, que consiste em atividade de transferência de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento em torno da concepção, implantação e acompanhamento da Escola Virtual de Trânsito do DENATRAN, para promoção de cursos no âmbito do Projeto de Capacitação de Profissionais de Trânsito, empregando a internet como ferramenta de ensino

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA:

No exercício de 2009, foi autorizada na LOA dotação orçamentária no montante de R\$ 534.100.000,00 (excluído o valor da Reserva de Contingência de R\$ 15.649.469,00) para o Programa 0660-Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos, no qual está inserido o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito-FUNSET. Desse montante, a partir de consultas realizadas no sistema SIAFI, verificou-se que foram empenhados R\$ 428.417.806,66. Dessa forma, pode-se constatar que a execução orçamentária do Fundo Nacional de Educação e Segurança de Trânsito-FUNSET/DENATRAN, no exercício de 2009 atingiu o percentual de 80,21% da dotação autorizada e empenhada e pagou 37,43 % desse montante.

2.2.2 Possibilidade de Alcance do Índice Final Previsto Indicador e de Cumprimento de Metas

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos (%)	6,30	31/12/2005	Apurado 6,50	11/2008	6,30	X	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do DENATRAN

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos (%)	91,10	31/12/2005	Apurado 75,20	12/2008	91,10	X	-	-	-
---	-------	------------	---------------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Anuário Estatístico do DENATRAN

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

2.2.3 Cobertura do Público Alvo

A Alcance acima de 100% do previsto.	B Alcance entre 80% a 100% do previsto.	C Alcance entre 40% a 80% do previsto.	D Alcance abaixo de 40% do previsto.	E Não aplicável
-	-	-	-	X

Descrição do Público-alvo**:

Sociedade.

** Público-Alvo: especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.

2.2.4 Satisfação dos Beneficiários

O programa avalia a satisfação de seus beneficiários***?

Sim	Não
-	X

DIFICULDADES PARA A AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA E COMO AS MESMAS PODERÃO SER SUPERADAS

O Programa tem como objetivo a redução do número de acidentes de trânsito, principalmente da mortalidade. Tem como beneficiários todos os segmentos da sociedade (condutores de veículos, proprietários de veículos, pedestres, passageiros de veículos particulares e coletivos, crianças) não sendo possível a avaliação da satisfação de todos os beneficiários. Foi realizada exclusivamente pesquisa qualitativa abordando as Campanhas Educativas de Utilidade Pública veiculadas.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa

2.2.5 Outra Forma de Avaliação do Programa

Sim	Avaliação em andamento	Não
-	-	X

2.2.6 Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Sim	Não
X	-

A) Outros (especifique) - justificativa:

Através das Câmaras Temáticas do CONTRAN, compostas por especialistas que tem o objetivo de estudar e oferecer sugestões, além de embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do Conselho. São constituídas por representantes de órgãos e entidades executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito.

2.3 PROGRAMA 0810 – QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT – PBQP-H

Tipo do Programa

Finalístico.

Problema

Um dos maiores desafios do Estado brasileiro e da construção civil é encontrar soluções para a melhoria das condições do ambiente construído. A baixa qualidade das edificações e de seu entorno prejudica fundamentalmente os segmentos de menor renda da população. O setor da construção de edifícios habitacionais no país tem se caracterizado, historicamente, por um baixo grau de desenvolvimento e de evolução tecnológica, comparativamente a outros setores industriais. A base da produção, no canteiro de obras, é ainda predominantemente manufatureira, com baixa produtividade e elevados índices de desperdícios de material e de mão-de-obra. Essa condição, associada às altas taxas de inflação verificadas até os anos 80, fazia com que a lucratividade do setor fosse obtida mais em função da valorização imobiliária do produto final do que da melhoria da eficiência do processo produtivo. A partir da década de 90, em função de vários fatores, como o fim das altas taxas de inflação, os efeitos da globalização da economia, a redução do financiamento, a retração do mercado consumidor e o aumento da competitividade entre as empresas, entre outros, forçou uma modificação desse cenário. As empresas construtoras começaram a viabilizar suas margens de lucro a partir da redução de custos, do aumento da produtividade e da busca de soluções tecnológicas e de gerenciamento da produção, de forma a aumentar o grau de industrialização do processo produtivo. Porém, vários fatores impediam a alavancagem desse movimento e o início de uma nova fase de evolução sustentada do setor, entre os quais podem ser citados: - a ainda baixa produtividade do setor, em que pese a evolução recente, estimada em cerca de um terço da de países desenvolvidos; - a ocorrência de graves problemas de qualidade de produtos intermediários e finais da cadeia produtiva, e os elevados custos de correções e manutenção pós-entrega; - desestímulo ao uso mais intensivo de componentes industrializados devido à alta incidência de impostos e seu conseqüente encarecimento; - a falta de conhecimento do mercado consumidor, no que diz respeito às suas necessidades em termos de produto a ser ofertado; - a carência de normalização técnica, de legislação e de regulação para o setor; - a falta de capacitação técnica dos agentes da cadeia produtiva para gerenciar a produção com base em conceitos e ferramentas que incorporassem as novas oportunidades de crescimento. Percebe-se, a partir da breve descrição, a necessidade de construir-se uma visão de futuro para o desenvolvimento da cadeia, de modo a identificar quais são os fatores críticos que dificultam a melhoria do seu desempenho, e propor as ações necessárias para superá-los. No caso da Habitação, o resultado disso é a persistência de um elevado déficit habitacional no país. Esse déficit vem crescendo

linearmente desde a década de 80 e tem representado custo social extremamente elevado, principalmente porque mais de 90% dessa carência habitacional refere-se a famílias com renda de até 5 salários mínimos. Em síntese, o problema central é a baixa qualidade das edificações e de seu entorno, devido ao pequeno grau de desenvolvimento e de evolução tecnológica do setor da construção civil responsável pela produção de edifícios habitacionais no país, comparativamente a outros setores industriais, afetando fundamentalmente a produção da habitação de interesse social.

Objetivo

Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda.

Público Alvo

População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Cooperação para Capacitação Profissional e Assistência Técnica à Construção Civil - 8098 (PROJETO IMPLEMENTADO/UNIDADE)	5,00	0,00	400.000,00	0,00
Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil - 8100 (SISTEMA IMPLEMENTADO/UNIDADE)	3,00	0,00	1.000.000,00	0,00
Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil - 90EQ (SISTEMA IMPLEMENTADO/UNIDADE)	3,00	0,00	200.000.000,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	400.000,00	390.038,79
Subtotal LOA + Créditos 2009	1.800.000,00		390.038,79	
Subtotal RAP 2008	0,00		0,00	
Subtotal Nao-Orcamentario 2009	200.000.000,00		0,00	
TOTAL	201.800.000,00		390.038,79	

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida
Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil				porcentagem
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
84,00	01/05/2007	87,3	88,00	
Indicador 2				Unidade de Medida
Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC				porcentagem (%)

Indicador 2			Unidade de Medida
Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC			porcentagem (%)
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
3,40	01/12/2006	6.36	7,30

2.3.1 Principais Resultados em 2009

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

Resultado 1: Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC): No setor privado, a adesão de construtoras ao Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) do PBQP-H está se consolidando como fator de diferenciação no mercado. A adesão voluntária de construtoras está sendo fortemente alavancada pelos Programas Habitacionais, em especial o Programa Minha Casa Minha Vida, e de infraestrutura, relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, geridos pelo Ministério das Cidades e operados pela CAIXA, que buscam a contratação de empresas avaliadas no SiAC, garantindo que os investimentos em habitação e saneamento tenham qualidade e custo adequados. Somado a esse panorama, a parceria público-privada entre as empresas privadas, e agentes de fomentos, tais como BNDES e FINEP, contribuíram para que o valor do índice da taxa de empresas avaliadas no SiAC superasse o previsto para 2009 de 5,40%, atingindo o valor de 6,36% (alcance de 117% do esperado). Ao fim do ano, foi lançado o 1º Prêmio PBQP-H 2009/2010, com o objetivo de premiar as construtoras que se destacarem quanto à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com os escopos de certificação do SiAC.

Resultado 2: Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC): Desde a criação dos Programas Setoriais de Qualidade (PSQs) houve avanços significativos na qualidade de materiais e componentes da construção civil. Já existem 30 PSQs credenciados no PBQP-H. O Programa tem como objetivo elevar e manter em 90% o percentual médio de conformidade com as normas técnicas dos produtos que compõem a cesta de materiais de construção, de acordo com a Meta Mobilizadora da Habitação definida entre 1998 e 2002. Na atualidade, já existem materiais que ultrapassam a meta de 90% de conformidade, promovendo um cenário de crescente isonomia competitiva no setor da construção civil. Políticas de qualidade e recursos alavancados pela parceria público-privada entre as empresas privadas, e agentes de fomentos, tais como, CAIXA, BNDES, e FINEP, contribuíram para que o valor do índice de qualificação de materiais e componentes da construção civil superasse o previsto para 2009 de 86%, atingindo o valor de 87,3% (alcance de 102% do esperado). O grande marco em 2009 foi a regulamentação do SiMaC pela Portaria nº 310, publicada em 21 de agosto de 2009.

Resultado 3: Sistema Nacional de Avaliação Técnica (SiNAT): No ano de 2009 o SiNAT foi marcado por sua efetiva operacionalização, com a publicação de Diretrizes e de Documentos de Avaliação Técnica (DATecs) referentes a sistemas construtivos inovadores. Adicionalmente, houve um acréscimo no número de Instituições Técnicas Avaliadoras autorizadas a participarem no âmbito do SiNAT.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA:

Os indicadores do Programa alcançaram valores superiores aos previstos para 2009. Considerando a abrangência do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), podemos destacar os principais resultados obtidos em 2009 conforme o Sistema relacionado ao PBQP-H.

2.3.2 Possibilidade de Alcance do Índice Final Previsto Indicador e de Cumprimento de Metas

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil (porcentagem)	84,00	01/05/2007	Apurado 87,30	12/2009	88,00	X	-	-	-

Fonte: Banco de Dados do PBQP-H - Lista de PSQs (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Entidade setorial de cada produto

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC (porcentagem (%))	3,40	01/12/2006	Apurado 6,36	12/2009	7,30	X	-	-	-
--	------	------------	--------------	---------	------	---	---	---	---

Fonte: Banco de Dados PBQP-H - Lista de empresas avaliadas (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Banco de Dados do INMETRO IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

2.3.3 Cobertura do Público Alvo

A Alcance acima de 100% do previsto.	B Alcance entre 80% a 100% do previsto.	C Alcance entre 40% a 80% do previsto.	D Alcance abaixo de 40% do previsto.	E Não aplicável
-	X	-	-	-

Descrição do Público-alvo**:

População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil.

Justificativa:

Manteve-se o índice de cobertura do público-alvo alcançado em 2008, em relação à implementação do Programa no país, estando presente em 24 das 27 unidades federativas por meio de adesão e decreto.

** Público-Alvo: especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.

2.3.4 Satisfação dos Beneficiários

O programa avalia a satisfação de seus beneficiários***?

Sim	Não
-	X

DIFICULDADES PARA A AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA E COMO AS MESMAS PODERÃO SER SUPERADAS

Apesar de não haver pesquisa sistemática de satisfação dos beneficiários, o Programa avalia que os resultados alcançados em 2008 atenderam às expectativas dos parceiros de desenvolvimento do Programa, ouvidos por meio de seus colegiados. Entretanto, destaca-se que algumas demandas levantadas pelo público-alvo não puderam ser respondidas devido a sua reduzida equipe técnica, ao processo de negociação das próprias entidades do setor, considerando-se a gestão compartilhada do Programa.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa.

2.3.5 Outra Forma de Avaliação do Programa

Sim	Avaliação em andamento	Não
X	-	-

A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

A própria, por meio de contrato de serviços técnicos de consultoria especializada - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD - BRA/00/043. Consultora: Márcia Paterno Joppert.

B) ASPECTOS AVALIADOS DO PROGRAMA:

Avaliação das ações propostas e ações executadas durante a vigência do Projeto.

C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

2009.

2.3.6 Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Sim	Não
X	-

A) Reunião com grupos de interesse - justificativa:

(1) O PBQP-H, entre 23 a 25 de novembro, realizou a Segunda Reunião do Programa de Qualidade e Produtividade do Habitat 3 MINURVID, na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com a continuação do programa que foi acordada durante a XVII Assembléia Geral de Ministros e Autoridades Máximas da América Latina e do Caribe realizada em julho de 2009. O evento contou com delegações dos países da Argentina, Brasil, Chile, Cuba, El Salvador, Equador, Paraguai e Uruguai, com representantes governamentais e do setor privado; (2) Participação em comissão tripartite, no Ministério do Trabalho e Emprego, para elaborar um plano de trabalho com o objetivo de detalhar as ações de certificação profissional; (3) Participação no Comitê Executivo de Produção Sustentável, no Ministério do Meio Ambiente; (4) Participação Grupo de Trabalho Energia Solar Térmica, no Ministério do Meio Ambiente;

(5) Participação na Comissão Técnica do Programa de Avaliação da Conformidade para Profissionais da área da Construção Civil, no INMETRO.

B) Conferências regionais e nacionais - justificativa:

(1) SEMINÁRIO INTERNACIONAL - Iniciativas Urbanas de Eficiência Energética e Redução de Emissões de Gases de Efeito estufa 3 AFD 3 (junho); (2) Colóquio Sustentabilidade, Educação Ambiental e Eficiência Energética 3 CDES (junho); (3) Reunião sobre Programa de Investimento Intensivo no Emprego - OIT (junho); (4) OFICINA FINEP 3 Momento Governo (julho); (5) Sustentável 2009 - 3º Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável CEBDS (julho); (6) Encontro Empresarial das Indústrias de Produtos de Cimento Qualificadas no PBQP-H (julho); (7) Acordo Setorial com PM Fortaleza/CE (julho); (8) Workshop sobre Eficiência Energética em Edificações - Ministério de Minas e Energia (julho); (9) 38º Encontro ANICER - Cerâmica legal 3 Belém-PA (agosto); (10) SBCS 09 (agosto); (11) Participação no 8º Encontro Nacional da Indústria de Cerâmica Vermelha, realizado no Hangar Centro de Convenções de Belém-PA, no atendimento aos empresários ceramistas para esclarecimento de questões técnicas relativas aos PSQs de telhas e blocos cerâmicos em 20 de agosto; (12) 81º Encontro Nacional da Indústria da Construção - ENIC (setembro); (13) XXVII SEMINÁRIO POLÍTICA EXTERNA MRE (setembro); (14) MESA REDONDA - PRINCÍPIOS DA ECONOMIA VERDE - MMA - Membros do Comitê Executivo de Produção Sustentável 3 ANA (setembro); (15) 6ª Audiência Pública da Agenda 2009/2015 3 Comissão do Senado (setembro); (16) Participação com Palestra no Painel sobre Sistemas de Gestão da Qualidade no VI Simpósio Brasileiro de Gestão e Economia da Construção, realizado no Shopping do SEBRAE, em João Pessoa-PB, no dia 22 de outubro; (17) Participação com Palestra sobre Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), no ICQ Brasil, em Goiânia, no dia 28 de outubro; (18) 8º CONSTRUBUSINESS - FIESP (novembro); (19) Realização do Workshop para a divulgação do SiNAT que contou com 40 participantes de 19 entidades, sendo 7 institutos técnicos, 6 instituições de ensino e 6 órgãos públicos e privados (novembro); (20) Participação com palestra no Painel: Financiamento na Indústria da Construção aliado aos critérios de Qualidade, Segurança e Saúde e ao Trabalho Decente, no VI Congresso Nacional Sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho da Indústria da Construção, realizado no Galpão 3 da Estação das Docas, em Belém-PA, no dia 09 de dezembro; (21) Participação com Palestra sobre Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), no SINDUSCON-DF.

C) Outros (especifique) - justificativa:

As Comissões Nacionais do SiAC, SiMaC e do SiNAT são tripartites (Governo, Setor Produtivo, Entidades Neutras) e possuem participação direta do Setor da Construção Civil, com seus membros representantes. As Comissões são compostas desta forma para que as soluções sejam construídas em conjunto, de maneira que todos passem a se sentir responsáveis pela implementação das mesmas.

2.3.7 Comentários Adicionais – avaliação da concepção do programa e indicação de aperfeiçoamentos necessários

A) Definição dos Indicadores

Os indicadores devem ser capazes de expressar os resultados do programa, captando os efeitos do conjunto de suas ações.

A fim de aperfeiçoar os indicadores, é necessário um novo estudo dos fatores que os compõem para que as variáveis intervenientes no Programa sejam captadas em cada sistema.

2.4 PROGRAMA 1128 – URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Tipo do Programa

Finalístico.

Problema

Dados oficiais revelam que, do total da população brasileira, 82% vivem em cidades, sendo que 15,1 milhões de moradias apresentam uma ou mais das seguintes inadequações: carência de infra-estrutura urbana (10,2 milhões de domicílios), adensamento excessivo (2 milhões de domicílios), indefinição fundiária (1,5 milhão de domicílios) e inexistência de unidade sanitária interna (1,4 milhões de domicílios). A maior parte desse contingente de moradias está nos assentamentos precários, que fazem com que a cidade irregular cresça quatro vezes mais depressa que a cidade formal, à margem das normas urbanísticas, em áreas ambientalmente não recomendadas, com riscos de vida à população, agressão à natureza e custos adicionais à economia.

Objetivo

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

Público Alvo

Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes - 10S5 (Família beneficiada/UNIDADE)	85.281,00	37.428,00	1.091.697.856,00	394.044.494,54
(RAP 2008) Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes - 006H (-/-)	0,00	0,00	74.365,76	0,00
(RAP 2008) Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes - 10S5 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	18.357,00	416.908.541,79	233.858.818,82
Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 10S6 (-/-)	0,00	0,00	75.000.000,00	0,00
Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 10S6 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	58.254,00	8.063,00	647.666.127,00	88.702.144,58
(RAP 2008) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 10S6	0,00	13.204,00	303.319.268,88	145.248.249,22

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(Família beneficiada/UNIDADE)				
(RAP 2008) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários Situados na Parte Alta de Maceió - AL - 7L74 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	5,00	4.545.400,00	52.300,00
Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - 8865 (MUNICIPIO APOIADO/UNIDADE)	10,00	1,00	1.773.529,00	17.920,00
(RAP 2008) Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - 8865 (Município apoiado/UNIDADE)	0,00	0,00	200.620,00	101.800,00
Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) - 8866 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	162.964,00	34.039,00	29.000.000,00	35.026,87
(RAP 2008) Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) - 8866 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	0,00	3.523.466,14	304.415,96
Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - 10S3 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	112.783,00	69.019,00	1.361.416.082,00	752.919.688,07
(RAP 2008) Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - 10S3 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	0,00	35.830,00	728.426.854,86	394.069.425,89
(RAP 2008) Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) - 0644 (-/-)	0,00	0,00	1.976.022,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - Rio Branco - AC - 7L71 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	10,00	10.000.000,00	112.800,00
(RAP 2008) Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários no Complexo de Mangueiros - Estado do Rio de Janeiro - 7L72 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	0,00	15.857.845,98	0,00
Financiamento a Pessoas Físicas para Aquisição de Material de Construção (Carta de Crédito) - 9569 (Família beneficiada/UNIDADE)	141.134,00	27.711,00	987.945.074,00	382.512.878,03
Financiamento ao Poder Público para Urbanização de Assentamentos Precários (Pró-Moradia) - 9556 (Família beneficiada/UNIDADE)	37.810,00	0,00	415.898.436,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	300.000,00	226.050,97
(RAP 2008) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	25.467,23	9.990,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Subtotal LOA + Créditos 2009	3.206.853.594,00		1.235.945.325,03	
Subtotal RAP 2008	1.484.857.852,64		773.757.799,89	
Subtotal Nao-Orcamentario 2009	1.403.843.510,00		382.512.878,03	
TOTAL	6.095.554.956,64		2.392.216.002,95	

Indicadores

Indicador 1	Unidade de Medida
-------------	-------------------

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo %

Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
10,50	31/12/2005	9	1,50

Indicador 2	Unidade de Medida
-------------	-------------------

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas %

Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
4,20	31/12/2005	4.18	2,23

Indicador 3	Unidade de Medida
-------------	-------------------

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada %

Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
31,20	31/12/2005	28	16,30

Indicador 4	Unidade de Medida
-------------	-------------------

Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos %

Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
2,24	31/12/2006		11,12

Indicador 5	Unidade de Medida
-------------	-------------------

Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos %

Indicador 5			Unidade de Medida
Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos			%
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
6,00	31/12/2002		0,00

2.4.1 Principais Resultados em 2009

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

Os recursos alocados, no exercício de 2009, referem-se, basicamente, à seleção de novos projetos de urbanização de assentamentos precários e à complementação de obras em andamento, o que beneficiará mais de 50 mil famílias. Também, em 2009, houve aporte adicional de recursos para redução das contrapartidas de operações firmadas nos exercícios de 2007 e 2008. Dentre os novos projetos selecionados destacam-se a urbanização do Alto de Santa Terezinha, em Salvador/BA, da Vila Santa Izabel, em Timon/MA, de Don Antônio Barbosa, em Campo Grande/MS, do Jardim Teresópolis, em Betim/MG, dos Jardins Silvina, Oleoduto e Esmeralda, em São Bernardo do Campo/SP, da Vila Palmeira, em Novo Hamburgo/RS, do Jardim União, em Marabá/PA, da Favela Sapé, na cidade de São Paulo/SP. No total, foram alocados R\$ 650 milhões do FNHIS para 62 novos projetos e R\$ 132,2 milhões do OGU para 17 novos projetos. Os projetos de urbanização do Vale do Reginaldo, em Maceió, da Vila do Mar, em Fortaleza, da Vila São José, em Belo Horizonte, da Comunidade do Pilar, no Recife, do Morro do Preventório, na cidade do Rio de Janeiro, Nova Santa Marta, em Santa Maria/RS, do córrego Cadaval, em Carapicuíba/SP estão entre as obras em execução que receberam recursos complementares, em 2009, para ampliação de meta, ou seja, aumento no número de famílias beneficiadas diretamente ou ampliação de obras/serviços. Para esse fim, foram alocados R\$ 550 milhões do FNHIS para complementação de 47 projetos e R\$ 75,2 milhões do OGU para complementação de 8 projetos, todos já inseridos no PAC. Ainda no exercício de 2009, cabe destacar a decisão do Governo de aportar recursos, inicialmente não previstos, para promover a redução das contrapartidas dos entes federados que, em função da conjuntura econômica, que provocou queda da arrecadação de tributos pelos entes públicos e, ainda, em função do aumento dos custos dos materiais de construção e de serviços, decorrentes do aquecimento do mercado da construção civil e do detalhamento dos projetos, reduziram sua capacidade de aporte da contrapartida pactuada nas operações firmadas nos exercícios de 2007 e 2008 no âmbito do PAC, implicando em perigo iminente de paralisação das obras. Em relação à ação de Saneamento Integrado, foi selecionada e contratada apenas 1 operação no valor total de R\$ 54.149.255,36 dos quais R\$ 45.234.791,15 são de OGU. Foram iniciadas 4 obras, no valor total de R\$ 266.506.369,36 dos quais R\$ 222.523.121,07 são de OGU e que irão beneficiar 20.808 famílias.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do previsto.

JUSTIFICATIVA:

Para o cálculo foi descartada a ação não orçamentária referente ao PROMORADIA por não haver aferição da meta financeira alcançada no quadro anterior.

2.4.2 Possibilidade de Alcance do Índice Final Previsto Indicador e de Cumprimento de Metas

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo (%)	10,50	31/12/2005	Apurado 9,00	12/2007	1,50	-	-	-	X

Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas (%)	4,20	31/12/2005	Apurado 4,18	12/2007	2,23	-	-	-	X
--	------	------------	--------------	---------	------	---	---	---	---

Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada (%)	31,20	31/12/2005	Apurado 28,00	12/2007	16,30	-	-	X	-
--	-------	------------	---------------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.

Taxa de domicílios urbanos em processos de	2,24	31/12/2006	Não apurado	-	11,12	-	-	X	-
--	------	------------	-------------	---	-------	---	---	---	---

regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos (%)			-						
---	--	--	---	--	--	--	--	--	--

Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente (ano 2000)

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

A determinação do indicador para o ano de 2007 refere-se ao total de domicílios com inadequação fundiária em relação ao total de municípios (todas as rendas) e monta a 3,9% (Tabela 6.2 - Evolução inadequação fundiária em domicílios urbanos, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas - Brasil - 2004/2006-2007). Não há dados que permitam o cálculo nessa faixa de renda especificada.

Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos (%)	6,00	31/12/2002	Não apurado	-	-	-	-	-	-
--	------	------------	-------------	---	---	---	---	---	---

Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

2.4.3 Cobertura do Público Alvo

A	B	C	D	E
Alcance acima de 100% do previsto.	Alcance entre 80% a 100% do previsto.	Alcance entre 40% a 80% do previsto.	Alcance abaixo de 40% do previsto.	Não aplicável
-	-	X	-	-

Descrição do Público-alvo**:

Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários.

Justificativa:

A maioria das intervenções em assentamentos precários, dada a complexidade dos problemas a serem enfrentados, levam, em média, mais de um exercício para alcançar a sua efetividade em termos de conclusão e de beneficiamento pleno do público-alvo.

** Público-Alvo: especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.

2.4.4 Satisfação dos Beneficiários

O programa avalia a satisfação de seus beneficiários***?

Sim	Não
X	-

A) satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa no período do Plano

A - Muito Satisfeito	B - Satisfeito	C - Pouco satisfeito	D - Insatisfeito
-	X	-	-

Justificativa:

Essa avaliação só será feita de forma sistemática quando da conclusão das obras do PAC, pois está prevista a avaliação pós-ocupação na urbanização e reassentamento pelo trabalho social durante os 6 meses que sucedem. A resposta "satisfeito" foi marcada de forma empírica pelas entregas parciais de serviços e unidades habitacionais que estão ocorrendo no decorrer dos empreendimentos.

B) mecanismo utilizado:

Para avaliação da satisfação dos beneficiários será utilizada a Matriz de Indicadores elaborada para o Programa Habitar Brasil BID. Como já relatado, como ainda não há obras concluídas, não há utilização de resultados, uma vez que essa avaliação somente ocorrerá no período de pós-ocupação.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa.

2.4.5 Outra Forma de Avaliação do Programa

Sim	Avaliação em andamento	Não
X	-	-

A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Balanço do PAC: Casa Civil, por meio da Subchefia de Articulação e Monitoramento - SAM/CC.

B) ASPECTOS AVALIADOS DO PROGRAMA:

Desempenho das operações em termos de início e andamento de obra, assim como os principais gargalos a serem superados para melhor desempenho destas.

C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

O Balanço do PAC é realizado quadrimestralmente, o último realizado refere-se a 31-12-2009.

2.4.6 Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Sim	Não
X	-

A) Reunião com grupos de interesse - justificativa:

Trabalho Social que deve ter início junto com a execução das obras e término final entre 6 e 12 meses após a conclusão da obra. Os agentes executores devem estimular a participação das famílias nas principais etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos. São realizadas reuniões com as

comunidades beneficiárias com o objetivo de contribuir na elaboração, aprovação, concepção dos projetos, e fiscalização e execução de obras.

B) Discussão em Conselho Setorial - justificativa:

O MCidades instituiu o Conselho das Cidades, que reúne representantes de entidades de movimentos populares, trabalhadores, empresários, ONGs e entidades acadêmicas e profissionais, com a missão de assessorar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano, políticas de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. É um instrumento que assegura a participação cidadã nas decisões sobre as políticas públicas. Além disso, com a implementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, atua concomitantemente, desde 2006, o Conselho Gestor do FNHIS, órgão de caráter deliberativo que contempla a participação de órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil ligados à área de habitação

2.4.7 Comentários Adicionais – avaliação da concepção do programa e indicação de aperfeiçoamentos necessários

A) Definição dos Indicadores

Os indicadores devem ser capazes de expressar os resultados do programa, captando os efeitos do conjunto de suas ações.

Observa-se que os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico, 2000, com atualização posterior baseada nas PNAD's. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior. A utilização de indicadores habitacionais macros não é adequada para se mensurar o impacto do programa visto que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional -associadas a outros programas-e, até conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar 1 único fator-investimento em urbanização-e informar que essa é a causa do decréscimo do déficit; há de se olhar a Política Nacional de habitação de forma integral.

2.5 PROGRAMA 1136 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA

Tipo do Programa

Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.

Problema

No Brasil, convivemos com o problema da baixa capacidade técnica e institucional para a gestão e o planejamento do desenvolvimento urbano e territorial nos municípios, particularmente na questão do planejamento, manejo e controle do uso e ocupação do solo, dificultando o desenvolvimento urbano sustentável nas diversas regiões do país. Desse modo, as intervenções em habitação, saneamento, transporte, trânsito e mobilidade nos municípios necessitam de um apoio para o fortalecimento da gestão urbana.

Objetivo

Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional.

Público Alvo

Prefeituras municipais.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano - 8872 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	36.000,00	10.141,00	1.408.000,00	505.453,77
(RAP 2008) Apoio à Capacitação de Gestores Municipais e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano - 8872 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	0,00	0,00	717.381,16	667.240,16
Apoio à Elaboração de Estudos e Implementação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Operacional e à Estruturação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico e Revitalização dos Prestadores de Serviços Públicos de Saneamento - 8871 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	2.067,00	3,10	4.960.000,00	1.093.130,66
(RAP 2008) Apoio à Elaboração de Estudos e Implementação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Operacional e à Estruturação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico e Revitalização dos Prestadores de Serviços Públicos de Saneamento - 8871 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	9.971.100,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 006L (-/-)	0,00	0,00	349.083,20	23.267,06
Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1P95 (Projeto elaborado/UNIDADE)	2.750,00	0,00	11.700.000,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1P95 (projeto elaborado/UNIDADE)	0,00	0,00	12.020.524,75	938.697,62
Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda - 8873 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	96,00	0,00	8.000.000,00	2.212.689,46
(RAP 2008) Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda - 8873 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	2.891.200,43	1.246.120,49

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana - 2D49 (Gestor público capacitado/UNIDADE)	2.560,00	0,00	500.000,00	0,00
Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa - 8874 (Município beneficiado/UNIDADE)	126,00	22,00	4.760.000,00	617.111,32
(RAP 2008) Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa - 8874 (Município beneficiado/UNIDADE)	0,00	12,00	1.085.000,00	21.735,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	300.000,00	282.977,47
(RAP 2008) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	19.525,31	2.099,48
Subtotal LOA + Créditos 2009	31.628.000,00		4.711.362,68	
Subtotal RAP 2008	27.053.814,85		2.899.159,81	
Subtotal Nao-Orcamentario 2009	0,00		0,00	
TOTAL	58.681.814,85		7.610.522,49	

Indicadores

Indicador 1			Unidade de Medida
Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários			PERCENTAGEM
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
81,50	01/11/2001		0,00
Indicador 2			Unidade de Medida
Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados			PERCENTAGEM
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
55,00	31/12/2006		100,00
Indicador 3			Unidade de Medida
Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos			%
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
0,00	01/01/2007	16	95,10

Indicador 4				Unidade de Medida
Taxa de Municípios Consorciados para Habitação				PERCENTAGEM
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
1,20	01/11/2001		0,00	
Indicador 5				Unidade de Medida
Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Coleta de Lixo				PERCENTAGEM
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
2,00	01/11/2001		20,00	
Indicador 6				Unidade de Medida
Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Esgotamento Sanitário				PERCENTAGEM
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
1,60	01/11/2001		16,00	

2.5.1 Possibilidade de Alcance do Índice Final Previsto Indicador e de Cumprimento de Metas

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários (PERCENTAGEM)	81,50	01/11/2001	Não apurado	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

De acordo com a Pesquisa MUNIC 3 IBGE de 2006, dos 1611 municípios acima de 20.000 habitantes no país, 1554 já possuem cadastro imobiliário. Apesar do Ministério das Cidades ainda não desenvolver ação de apoio aos municípios brasileiros na área de implementação de cadastros imobiliários, o indicador pode servir como um aferidor do estágio de desenvolvimento dos cadastros nos municípios e pode orientar a construção da política de apoio a elaboração de cadastros territoriais multifinalitários.

Taxa de Municípios com	55,00	31/12/2006	Não	-	100,00	X	-	-	-
------------------------	-------	------------	-----	---	--------	---	---	---	---

Planos Diretores Aprovados e Elaborados (PERCENTAGEM)			apurado						
			-						

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

De acordo com a Pesquisa MUNIC 3 IBGE de 2008, dos 1490 municípios com população acima de 20.000 habitantes no país, 1247 já elaboraram seus planos diretores, cerca de 200 estavam em processo de elaboração e apenas 38 não tinham iniciado o Plano. Com base nestes dados, no ano de 2006, o índice de municípios com planos diretores elaborados já estava em 83,7%. Infelizmente a pesquisa MUNIC-IBGE não tem periodicidade anual, tendo sido a última realizada em 2008 e a previsão é que a próxima seja realizada em 2010 com divulgação em 2011. Em face desta carência de atualização das informações, a SNPU está executando uma consulta junto aos municípios que estavam, em 2007, com seus Planos Diretores em estágio de elaboração. A finalidade é verificar o percentual daqueles municípios que conseguiram concluir o Plano. A perspectiva é que esta consulta seja concluída no ano de 2010.

Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos (%)	0,00	01/01/2007	Apurado 16,00	12/2009	95,10	-	-	X	-
--	------	------------	---------------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Considerando que o processo de fortalecimento institucional são os contratos de repasse ou convênios firmados entre um município e o Ministério por meio das ações do programa 1136, têm-se um universo de aproximadamente 300 municípios pactuados. São contratos na área de elaboração e implementação de PDs, de projetos de saneamento ambiental, habitação e convênios de Assistência Técnica para implementação de instrumentos de acesso à terra urbanizada. No entanto, o índice é insuficiente para a avaliação do desempenho do fortalecimento institucional, pois não contempla a capacitação de atores sociais e técnicos municipais, fundamental para aferir de alguma maneira o efeito qualitativo do fortalecimento institucional. Assim sendo, o indicador precisa ser revisto.

Taxa de Municípios Consorciados para Habitação (PERCENTAGEM)	1,20	01/11/2001	Não apurado	-	-	-	-	-	-
--	------	------------	-------------	---	---	---	---	---	---

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Este indicador não apresenta correspondência direta em relação ao objeto das Ações desenvolvidas pelo Programa. Por exemplo, o Ministério não desenvolve ações relacionadas ao apoio, fortalecimento ou implementação de consórcios para a execução de suas políticas setoriais. Além disso, não se dispõe de pesquisa que permita um levantamento junto aos municípios para verificar seus consorciamentos e a área de atuação destes. Cogitou-se a criação de ações voltadas ao desenvolvimento de projetos,

programas ou planos consorciados entre os municípios, com o objetivo de otimizar os investimentos federais, mas, ao longo da execução do PPA 2007-2011, estas ações não chegaram a ser constituídas. A partir desta constatação, no âmbito do gabinete do Ministério das Cidades, foi instituído grupo de trabalho para revisão desses indicadores. Provavelmente, o problema da ineficiência dos indicadores será resolvido somente na próxima revisão do PPA.

Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Coleta de Lixo (PERCENTAGEM)	2,00	01/11/2001	Não apurado -	-	20,00	-	-	-	X
---	------	------------	------------------	---	-------	---	---	---	---

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Este indicador não apresenta correspondência direta em relação ao objeto das Ações desenvolvidas pelo Programa. Por exemplo, o Ministério não desenvolve ações relacionadas ao apoio, fortalecimento ou implementação de consórcios para a execução de suas políticas setoriais. Além disso, não se dispõe de pesquisa que permita um levantamento junto aos municípios para verificar seus consorciamentos e a área de atuação destes. Cogitou-se a criação de ações voltadas ao desenvolvimento de projetos, programas ou planos consorciados entre os municípios, com o objetivo de otimizar os investimentos federais, mas, ao longo da execução do PPA 2007-2011, estas ações não chegaram a ser constituídas. A partir desta constatação, no âmbito do gabinete do Ministério das Cidades, foi instituído grupo de trabalho para revisão desses indicadores. Provavelmente, o problema da ineficiência dos indicadores será resolvido somente na próxima revisão do PPA.

Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Esgotamento Sanitário (PERCENTAGEM)	1,60	01/11/2001	Não apurado -	-	16,00	-	-	-	X
--	------	------------	------------------	---	-------	---	---	---	---

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Este indicador não apresenta correspondência direta em relação ao objeto das Ações desenvolvidas pelo Programa. Por exemplo, o Ministério não desenvolve ações relacionadas ao apoio, fortalecimento ou implementação de consórcios para a execução de suas políticas setoriais. Além disso, não se dispõe de pesquisa que permita um levantamento junto aos municípios para verificar seus consorciamentos e a área de atuação destes. Cogitou-se a criação de ações voltadas ao desenvolvimento de projetos, programas ou planos consorciados entre os municípios, com o objetivo de otimizar os investimentos federais, mas, ao longo da execução do PPA 2007-2011, estas ações não chegaram a ser constituídas. A partir desta constatação, no âmbito do gabinete do Ministério das Cidades, foi instituído grupo de trabalho para revisão desses indicadores. Provavelmente, o problema da ineficiência dos indicadores será resolvido somente na próxima revisão do PPA.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

2.6 PROGRAMA 1137 – REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS

Tipo do Programa

Finalístico.

Problema

Convivemos no Brasil com um elevado déficit habitacional urbano, somado a um esvaziamento populacional, perda da identidade cultural e redução da vitalidade econômica e social das áreas urbanas centrais. Além disso, há disponibilidade de infra-estrutura urbana e um expressivo acervo de imóveis habitacional e comercial subutilizados ou em desuso, localizados em áreas centrais, que podem ser aproveitados efetivamente para contribuir com o desenvolvimento urbano.

Objetivo

Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica.

Público Alvo

População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 8868 (plano elaborado/UNIDADE)	7,00	3,00	1.569.185,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 8868 (plano elaborado/UNIDADE)	0,00	0,00	726.500,00	14.291,50
(RAP 2008) Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Maceió - AL - 7K82 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	0,00	0,00	12.000.000,00	134.800,00
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 10SB (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	40.000,00	24.655,00	800.000,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	224.815,00	204.001,19
Reabilitação de Bens Culturais e Sítios Históricos Protegidos - 8713 (bem preservado/UNIDADE)	1,00	4,00	300.000,00	0,00
(RAP 2008) Reabilitação de Bens Culturais e Sítios Históricos Protegidos - 8713 (bem preservado/UNIDADE)	0,00	0,00	142.009,38	83.509,38
Subtotal LOA + Créditos 2009		2.894.000,00		204.001,19

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Subtotal RAP 2008		12.868.509,38		232.600,88
Subtotal Nao-Orcamentario 2009		0,00		0,00
TOTAL		15.762.509,38		436.602,07

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida
Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção				PERCENTAGEM
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
11,00	31/12/2003		0,00	
Indicador 2				Unidade de Medida
Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros				%
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
6,26	31/12/2006	28.5	62,63	

2.6.1 Principais Resultados em 2009

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1) Disponibilização de Imóveis Públicos para Habitação - realização de vistorias em aproximadamente 569 imóveis não operacionais do Fundo de Regime Geral da previdência Social em diversos municípios brasileiros, com o objetivo de avaliar as possibilidades de destinação destes imóveis a programas de provisão habitacional de interesse social. O resultado desse trabalho foi a identificação de 190 imóveis com possibilidades reais de receberem projetos habitacionais. Destes, 27 imóveis foram comprados pela União no final de 2009. 2) Cooperação Federativa - continuidade na execução dos convênios com Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e o Instituto de Políticas Urbanas; assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de Paris e do Rio de Janeiro; e discussões junto ao Conselho das Cidades e os diversos parceiros do Ministério das Cidades para a instituição do Serviço de Moradia Social que culminaram na apresentação do projeto de Lei nº 6342/2009. 3) Articulação de Parcerias - participação das discussões com o IPHAN e a CBTU para a implementação do PAC das Cidades Históricas. Assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Cultura, IPHAN, Ministério do Turismo, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Eletrobrás, BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, visando desenvolver ações integradas na operacionalização das ações do PAC nas Cidades Históricas. 4) Apoio direto (OGU) - o resultado foi um pouco abaixo do esperado devido ao contingenciamento orçamentário das ações do Programa e a problemas no sistema da Caixa. Assim, em 2009 foi empenhado recurso para o município de Raposos na ação de elaboração de Planos de Reabilitação e empenhado recurso de emenda para o município de Salvador na ação de apoio a projetos de infra-estrutura e requalificação de espaços de uso público em áreas centrais. Foram acompanhados os contratos referentes aos anos de 2007 e 2008, tanto na

ação 8868 como na 10SB e na 7K82, esta última referente a uma emenda para o município de Maceió que o programa vem apoiando desde 2005.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA:

Devido ao constante contingenciamento dos recursos do Programa, o apoio direto a Estados e municípios para a elaboração de Planos, projetos e execução de obras tem estado freqüentemente abaixo do esperado. Visando reverter esta situação e buscando contribuir para a difusão da política de reabilitação de centros, a equipe do Programa tem centrado esforços na instituição de parcerias e no desenvolvimento de ações não orçamentárias, como a disponibilização de imóveis públicos ociosos e o desenvolvimento de um Serviço de Moradia Social, ambos com o objetivo de viabilizar habitação de interesse social em áreas centrais. Tais ações têm tido grande repercussão e desempenho acima do esperado, devido, sobretudo, à importância crescente da pauta da ocupação democrática dos centros urbanos junto à população.

2.6.2 Possibilidade de Alcance do Índice Final Previsto Indicador e de Cumprimento de Metas

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção (PERCENTAGEM)	11,00	31/12/2003	Não apurado -	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

A metodologia das pesquisas oficiais do IBGE vem sofrendo alterações ao longo do tempo e sua periodicidade não é adequada para a apuração anual do indicador (os dados relativos à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 têm previsão de divulgação em setembro de 2009). Além disso, como nos estados e municípios podem existir programas que possuam a mesma finalidade do programa federal, as chances de se utilizar dados da efetividade deles na apuração dos resultados alcançados pelo Programa de Reabilitação, acabam por mascarar a eficácia e a eficiência do programa.

Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros (%)	6,26	31/12/2006	Apurado 28,50	12/2009	62,63	-	X	-	-
--	------	------------	------------------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Apuração realizada pela equipe técnica do Programa. Foram apoiados com ações do Programa, até 2009,

132 municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais. O índice ficou abaixo do esperado devido ao cancelamento do curso à distância de capacitação em reabilitação de áreas urbanas centrais, ocorrida por causa do contingenciamento dos recursos do Programa. Para 2010, está prevista a realização de novas atividades de capacitação que têm como objetivo ampliar a discussão das ações de reabilitação e consolidar as diretrizes da política nacional de reabilitação de áreas centrais junto aos estados e municípios.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

2.6.3 Cobertura do Público Alvo

A Alcance acima de 100% do previsto.	B Alcance entre 80% a 100% do previsto.	C Alcance entre 40% a 80% do previsto.	D Alcance abaixo de 40% do previsto.	E Não aplicável
X	-	-	-	-

Descrição do Público-alvo**:

População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas.

Justificativa:

Em 2009, o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais buscou a expansão de suas ações com a compra dos imóveis não operacionais do INSS para o programa Minha Casa Minha Vida, possibilitando o acesso à moradia digna a centenas de brasileiros em diversas cidades do país e com a apresentação do projeto de Lei nº 6342/2009, que institui o Serviço de Moradia Social como ferramenta de aperfeiçoamento da gestão do espaço urbano e combate ao déficit habitacional, através da promoção do uso e ocupação democrática dos centros das cidades, em consonância com os objetivos dispostos na agenda 21 e com a plataforma de acesso à terra urbanizada, regularizada e bem localizada para todos difundida pelo Ministério das Cidades e pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

** Público-Alvo: especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.

2.6.4 Satisfação dos Beneficiários

O programa avalia a satisfação de seus beneficiários***?

Sim	Não
-	X

DIFICULDADES PARA A AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA E COMO AS MESMAS PODERÃO SER SUPERADAS

O Programa tem focado suas ações no Planejamento Urbano. Somente a partir da finalização da implementação das ações previstas nos Planos municipais será possível verificar mudanças qualitativas na realidade local e, por conseguinte, colher dados relativos à satisfação dos usuários e beneficiários.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa .

2.6.5 Outra Forma de Avaliação do Programa

Sim	Avaliação em andamento	Não
X	-	-

A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidência da República.

B) ASPECTOS AVALIADOS DO PROGRAMA:

Estratégia de atuação, objetivos e metas institucionais, restos a pagar de exercícios anteriores, transferências realizadas no Exercício, contratações e parcerias, aferição dos indicadores, resultados positivos e negativos e recomendações dos órgãos de controle.

C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

Abril/10 (data de envio do relatório ao Ministério do Planejamento)

2.6.6 Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Sim	Não
X	-

A) Audiência Pública - justificativa:

Quando solicitada pelos municípios.

B) Consulta Pública - justificativa:

Prevista no manual para apresentação de propostas do programa para contratação e destinação de recursos.

C) Reunião com grupos de interesse - justificativa:

De acordo com a demanda de cada projeto em execução.

D) Discussão em Conselho Setorial - justificativa:

Conforme cronograma dos acordos de cooperação técnica, no caso dos conselhos municipais e de acordo com agenda estabelecida, no caso do Conselho Nacional das Cidades.

E) Outros (especifique) - justificativa:

Realização de seminários e oficinas de trabalho para a discussão de ações e projetos a serem desenvolvidos pelo Programa de Reabilitação.

2.6.7 Comentários Adicionais – avaliação da concepção do programa e indicação de aperfeiçoamentos necessários

A) Definição dos Indicadores

Os indicadores devem ser capazes de expressar os resultados do programa, captando os efeitos do conjunto de suas ações.

Apesar das dificuldades na aferição do indicador Taxa de domicílios vagos na área de intervenção e "Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros", ambos estão de acordo com as principais diretrizes do Programa de Reabilitação, que se referem à diminuição dos imóveis vazios e subutilizados nas áreas centrais e reabilitação dessas áreas por meio de planos e projetos de infraestrutura e requalificação de espaços de uso público. No entanto, para garantir uma atuação mais eficiente do Programa é necessária a

revisão dos métodos de aferição dos indicadores, a fim de possibilitar uma coleta regular dos dados que norteie a atuação do Programa junto ao seu público-alvo.

2.7 PROGRAMA 1295 – DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

Tipo do Programa

Finalístico.

Problema

Por determinação constitucional os sistemas de trens urbanos operados pelo Governo Federal devem ser transferidos para os Estados e Municípios, facilitando a integração e gestão do sistema de transporte e sua interação com o planejamento urbano específicos de cada região. Para viabilizar a descentralização, o Governo Federal realiza um programa de investimentos nos sistemas, destinados a sua expansão e/ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e de qualidade dos serviços, bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

Objetivo

Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais.

Público Alvo

População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - 10SX (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	8,00	11,40	21.153.000,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - 10SX (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	0,00	0,00	108.180.000,00	46.180.000,00
Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 10SY (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	8,00	3,75	42.880.645,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 10SY (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	0,00	0,00	104.163.500,00	73.915.695,44

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2008) Apoio à Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - 10SZ (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	0,00	4,80	16.958.505,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Modernização do Trecho Oeste João Felipe - Caucaia do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 10T0 (Trecho modernizado/% de execução física)	0,00	31,20	20.000.000,00	0,00
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	3.107,00	0,00	26.858,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	7.324,00	8.774,00	10.795.825,00	8.836.927,43
(RAP 2008) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	0,00	0,00	1.121.634,42	1.071.228,01
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	766,00	300,00	936.226,00	915.467,01
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	4.242,00	4.060,00	24.005.843,00	22.355.152,65
(RAP 2008) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	3.546.346,02	288.861,61
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	1.400,00	2.174,00	2.603.572,00	2.422.395,78
(RAP 2008) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	85.189,10	20.183,69
Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos - 6438 (Empregado capacitado/UNIDADE)	3.091,00	3.753,00	2.126.150,00	1.086.687,46
(RAP 2008) Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos - 6438 (Empregado capacitado/UNIDADE)	0,00	0,00	358.489,26	305.426,61
Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	0,00	0,00	6.933.392,00	5.700.308,32
(RAP 2008) Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	0,00	0,00	267.025,26	418,30
Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de Fortaleza - CE - 0B15 (-/-)	0,00	0,00	11.000.000,00	11.000.000,00
(RAP 2008) Cumprimento de Obrigações	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Decorrentes da Transferência do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de Salvador - BA - 0B14 (-/-)				
Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - 123N (Projeto elaborado/UNIDADE)	59,00	2,81	15.000.000,00	393.538,01
Estudos para Racionalização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros sob Gestão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - 117G (Estudo concluído/UNIDADE)	2,00	0,00	5.139.703,00	0,00
Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 7L64 (-/-)	0,00	0,00	30.000.000,00	0,00
Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 7L64 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	59,00	28,24	220.000.000,00	173.588.486,60
(RAP 2008) Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 7L64 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	0,00	0,00	18.485.422,86	18.485.422,86
Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - 2843 (Passageiro transportado média/dia útil/UNIDADE)	562.791,00	520.939,00	464.945.999,00	387.821.273,85
(RAP 2008) Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - 2843 (Passageiro transportado média/dia útil/UNIDADE)	0,00	0,00	43.807.492,44	30.877.120,50
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	35.164.103,00	23.195.046,18
(RAP 2008) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	3.102.709,71	1.803.049,36
Implantação de Veículo Leve Sobre Trilhos na Região Norte do Estado do Ceará - 7N69 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	100,00	0,00	21.670.000,00	0,00
Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 10T9 (Projeto executado/% de execução física)	4,00	3,96	950.000,00	132.622,53
(RAP 2008) Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 10T9 (projeto executado/% de execução física)	0,00	0,00	497.000,00	334.535,54
Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG -	9,00	0,53	6.571.386,00	100.186,38

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
5176 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)				
(RAP 2008) Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - 5176 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	0,00	0,00	1.609.248,68	1.357.702,17
Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - 5754 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	10,00	5,50	88.676.300,00	2.652.218,11
(RAP 2008) Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - 5754 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	0,00	0,00	85.850.533,44	27.772.217,98
Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 5174 (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	1,00	1,00	7.000.000,00	3.992.185,07
(RAP 2008) Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 5174 (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	0,00	0,00	136.953,19	136.821,54
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	1.750.452,00	1.277.666,23
(RAP 2008) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	621.533,00	619.613,00
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB - 11J9 (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	41,00	3,20	6.000.000,00	487.909,96
(RAP 2008) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB - 11J9 (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	0,00	0,00	739.858,26	739.826,71
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - 11JD (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	91,00	1,03	50.994.295,00	1.598.763,00
(RAP 2008) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - 11JD (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	0,00	0,00	461.346,93	342.127,52
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN - 11IO (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	46,00	6,30	6.500.000,00	272.430,23
(RAP 2008) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN - 11IO (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	0,00	0,00	1.811.976,22	1.805.286,07
Subtotal LOA + Créditos 2009			1.082.823.749,00	647.829.264,80
Subtotal RAP 2008			412.804.763,79	207.055.536,91

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Subtotal Nao-Orcamentario 2009	0,00		0,00	
TOTAL	1.495.628.512,79		854.884.801,71	

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG				MILHAR
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
30.941,00	31/12/2003	43830	70.500,00	

Indicador 2				Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE				MILHAR
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
10.399,00	31/12/2003	6321.19	26.940,00	

Indicador 3				Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB				MILHAR
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
2.050,00	31/12/2003	2890	7.612,00	

Indicador 4				Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL				MILHAR

Indicador 4			Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL			MILHAR
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
1.611,00	31/12/2003	1795	7.963,00

Indicador 5			Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN			MILHAR
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
2.262,00	31/12/2003	2134	13.032,00

Indicador 6			Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS			MILHAR
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
44.683,00	31/12/2003	44404.86	45.621,94

Indicador 7			Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE			MILHAR
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
48.329,00	31/12/2003	59870	101.000,00

Indicador 8			Unidade de Medida
-------------	--	--	-------------------

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA			MILHAR
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
4.259,00	31/12/2003	4409.18	77.985,00

Indicador 9			Unidade de Medida
Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos			PERCENTAGEM
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
73,40	31/12/2003	75.4	99,30

2.7.1 Principais Resultados em 2009

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

Para a CBTU, o ano de 2009 confirma o acerto das medidas gerenciais implementadas ao apresentar resultados positivos nos cinco sistemas metros ferroviários que transportaram 110,5 milhões de passageiros no ano. Esses números representam o melhor resultado dos últimos 16 anos, com uma média diária de 370,3 mil passageiros transportados, um avanço de aproximadamente 4,2% em relação à média diária do ano anterior. Destaque-se que em Recife e Belo Horizonte, os dois principais sistemas da CBTU, os avanços na média diária de passageiros transportados verificadas em 2009 situaram-se, respectivamente, em 6,7% e 2,5% acima dos números atingidos no ano anterior. A receita total apurada no ano de 2009, englobando todos os sistemas, foi de R\$105,3 milhões, superando em 5,8% a obtida no ano de 2008. Tal desempenho foi resultado dos esforços para melhorar a gestão empresarial e da busca incessante do aperfeiçoamento dos padrões de operação e manutenção dos sistemas de trens urbanos. O resultado obtido pela Companhia no exercício de 2009 é ainda mais expressivo quando verificado que nos dois últimos exercícios a taxa de cobertura plena tem aumentado, e o subsídio, conseqüentemente, tem sido reduzido, diminuindo dessa forma o aporte de recursos da União para a operação e manutenção dos sistemas de trens urbanos operados pela CBTU. A taxa de cobertura plena no exercício de 2009 aumentou em 7,25%, apesar da greve patrocinada pelos sindicatos metro ferroviários no período de 23 de junho a 7 de julho, e das baixas tarifas praticadas nos cinco sistemas operados pela CBTU, em relação ao modal concorrente. Cabe destacar que a Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte, alcançou a taxa de cobertura plena de 64,4%, apesar de praticar tarifa de R\$ 1,80, 27,8% inferior a do modal concorrente. Esse resultado indica que, se os investimentos para a extensão do sistema e para a aquisição de novos TUEs forem realizados, bem como seja permitido o alinhamento da tarifa a do modal concorrente, esse sistema obterá facilmente auto-suficiência, ou seja, não necessitará de subsídio da União. Cabe destacar, também, o desempenho da Superintendência de Trens Urbanos de Recife, que está consistentemente melhorando o seu desempenho operacional, e, no exercício de 2009, obteve um acréscimo de 7,5% em relação à taxa de cobertura do ano anterior, destacando-se que a tarifa praticada é de R\$ 1,40, 32,1% inferior a do modal concorrente. Os sistemas de trens urbanos de Maceió, João Pessoa e Natal, são sistemas movidos à tração diesel e praticam a tarifa de R\$ 0,50 desde dezembro/2002, atendem a segmentos populacionais muito pobres e contam com quantidade mínima de material rodante (locomotivas) para atendimento ao usuário. Em consonância com a gestão empresarial empreendida pela Companhia e objetivando melhorar as condições de operação e manutenção desses sistemas, foram elaborados projetos de modernização, cujo objetivo é torná-los modernos, eficientes, seguros e efetivamente integrados às

suas respectivas regiões metropolitanas. Nesse sentido, no exercício de 2009 foi contratada a aquisição de 8 veículos leve sobre trilhos 3 VLTs, no valor de R\$ 64,1 milhões para o sistema de trens urbanos de Maceió. A Companhia envidou todos os esforços no sentido de disponibilizar os recursos necessários à contratação dos fornecimentos de VLTs para os sistemas de João Pessoa e Natal. Por restrições orçamentárias não foi possível obter os recursos necessários durante o exercício de 2009. No decorrer de exercício de 2010 serão implementadas todas as ações para que essas aquisições sejam incluídas no PAC da mobilidade. Para a TRENSURB, a inclusão da obra no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal no início do ano de 2009 possibilitou, além de seu início efetivo imediato, um ritmo notável em seu andamento. Os recursos assegurados permitiram o planejamento consistente das atividades envolvidas, adequado ao prazo contratual remanescente, de três anos. A obra em 2009 consumiu R\$ 250.000.000,00, de um total previsto para o empreendimento de R\$ 720.000.000,00. A estratégia assumida se revelou eficaz, pois a partir da ordem de início dos serviços, em fevereiro de 2009, até o final do exercício, 28,24% da execução física encontra-se concluída. Os trabalhos estão distribuídos nos 9,3 km da obra, mas concentra-se, prioritariamente, na primeira etapa de construção que contempla a implantação de 4,46 km de via completa, englobando duas estações: Rio dos Sinos em São Leopoldo e Liberdade em Novo Hamburgo. A conclusão deste trecho deverá ocorrer até o final de 2010, momento em que terá início a operação experimental. No período foram realizadas ações relativas às fundações, pilares, vigas transversais e longitudinais em cerca de 60% da via elevada, iniciando-se a colocação das lajes pré-moldadas do tabuleiro. O material da via permanente 3 trilhos, dormentes, fixações e aparelhos de mudança de via 3 foi adquirido e encontra-se depositado na obra; foram definidos os projetos da rede aérea, de abastecimento de energia, de sinalização e auxiliares (escadas rolantes, elevadores e geradores, bem como telecomunicação e controles). Encontram-se iniciados e em pleno andamento os trabalhos relativos à construção de pontes metroviária e rodoviária sobre o Rio dos Sinos, com conclusão prevista para abril e maio de 2010, respectivamente. Em paralelo, intensa sinergia foi estabelecida com as Prefeituras e comunidade circunvizinhas no sentido de viabilizar as desapropriações necessárias e os devidos reassentamentos. Neste sentido, especial atenção foi concedida a passagem de vila popular em São Leopoldo, lindeira à estação Rio dos Sinos, quase que integralmente ocupada por construções irregulares. Foram identificadas 190 moradias ou famílias interferentes com o eixo do trem e cerca de 350 unidades familiares atingidas pelo sistema viário auxiliar ou cujo reassentamento representa interesse social para a municipalidade. Para tanto o Município disponibilizou área para loteamento com infra-estrutura parcial executada pela TRENSURB e também área em loteamento em construção pela Prefeitura para reassentamentos prioritários e inadiáveis. Foram reassentadas 50 famílias interferentes com a estação Rio dos Sinos permanecendo em obras um setor para mais 90 casas no loteamento Padre Orestes, com conclusão prevista para março de 2010.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do previsto.

JUSTIFICATIVA:

Os resultados do programa, quanto à prestação do serviço de transporte de passageiros, têm-se mostrado promissores, melhorando a cada ano.

2.7.2 Possibilidade de Alcance do Índice Final Previsto Indicador e de Cumprimento de Metas

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG	30.941,00	31/12/2003	Apurado 43.830,00	12/2009	70.500,00	-	X	-	-

(MILHAR)									
Fonte: CBTU/Ministério das Cidades									
Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')									
O índice previsto para o final do PPA será revisado em 2010, função da evolução da ação.									
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE (MILHAR)	10.399,00	31/12/2003	Apurado 6.321,19	12/2009	26.940,00	-	-	X	-
Fonte: CBTU/Ministério das Cidades									
Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')									
Face ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 8.200 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010. O índice previsto para o final do PPA será revisado em 2010, função da evolução da ação.									
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB (MILHAR)	2.050,00	31/12/2003	Apurado 2.890,00	12/2009	7.612,00	-	-	X	-
Fonte: CBTU/Ministério das Cidades									
Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')									
Face ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 3.632 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010. O índice previsto para o final do PPA será revisado em 2010, função da evolução da ação.									
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL (MILHAR)	1.611,00	31/12/2003	Apurado 1.795,00	12/2009	7.963,00	-	X	-	-
Fonte: CBTU/Ministério das Cidades									
Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')									
Face ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 3.080 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010. O índice previsto para o final do PPA será revisado em 2010, função da evolução da ação e do início da implantação de sistema de VLT.									
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de	2.262,00	31/12/2003	Apurado 2.134,00	12/2009	13.032,00	-	-	X	-

Natal - RN (MILHAR)									
Fonte: CBTU/Ministério das Cidades									
Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')									
Face ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 2.683 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010. O índice previsto para o final do PPA será revisado em 2010, função da evolução da ação.									
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS (MILHAR)									
44.683,00	31/12/2003	Apurado 44.404,86	12/2009	45.621,94	X	-	-	-	-
Fonte: Trensurb/Ministério das Cidades									
Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')									
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE (MILHAR)									
48.329,00	31/12/2003	Apurado 59.870,00	12/2009	101.000,00	-	X	-	-	-
Fonte: CBTU/Ministério das Cidades									
Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')									
Face ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 80.080 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010. O índice previsto para o final do PPA será revisado em 2010, função da evolução da ação, da aquisição de VLT para o trecho Cajueiro Seco - Cabo e das negociações para aquisição de frota de novos trens.									
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA (MILHAR)									
4.259,00	31/12/2003	Apurado 4.409,18	12/2009	77.985,00	-	-	-	-	X
Fonte: CBTU/Ministério das Cidades									
Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')									
Face ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 60.060 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010. O índice previsto para o final do PPA será revisado em 2010, função da evolução da ação.									
Taxa Ponderada de Transferência da Gestão									
73,40	31/12/2003	Apurado 75,40	12/2008	99,30	-	-	-	-	X

dos Sistemas de Trens Urbanos (PERCENTAGEM)									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: CBTU/Mcidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

O valor do indicador deverá permanecer estável no mesmo valor atingido em 2005, quando da última estadualização ocorrida (Salvador), uma vez que a prioridade do Governo Federal é a conclusão das obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Os índices previstos para alcance em 2011 foram revistos e os seus valores atualizados foram propostos no processo de elaboração do PLOA 2010.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

2.7.3 Cobertura do Público Alvo

A Alcance acima de 100% do previsto.	B Alcance entre 80% a 100% do previsto.	C Alcance entre 40% a 80% do previsto.	D Alcance abaixo de 40% do previsto.	E Não aplicável
-	X	-	-	-

Descrição do Público-alvo**:

População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal.

Justificativa:

Os sistemas operados pela CBTU continuam registrando melhora no desempenho, chegando a transportar neste ano 110.519,0 mil passageiros, superior em 0,6% na comparação com 2008. Importante destacar que, em 2009, houve um movimento grevista, fazendo com que, por cerca de 15 dias dos meses de junho e julho, a demanda não fosse inteiramente atendida. Ainda assim, o resultado desse ano foi recorde histórico desde a transferência dos sistemas do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Salvador. Cabe ressaltar que o valor da tarifa dos trens, bem inferior à dos ônibus, contribuiu significativamente no aumento de demanda. A TRENSURB também apresentou resultado expressivo, estando apenas 2,7% abaixo do resultado projetado para o final do PPA. Os 44.404.858 passageiros transportados pela TRENSURB, representaram 5,59% inferior à demanda de passageiros do ano de 2008, significando que uma redução de 2.630.902 em relação ao ano anterior. A redução na demanda de passageiros foi função de fatores relacionados com crise econômica mundial no início do ano, que diminuiu a atividade econômica no País, refletida também na Região Metropolitana de Porto Alegre; à greve dos metroviários (02/06/2009 a 16/06/2009); à gripe H1N1; e à conseqüente prorrogação das férias escolares até o mês de agosto/2009.

** Público-Alvo: especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.

2.7.4 Satisfação dos Beneficiários

O programa avalia a satisfação de seus beneficiários***?

Sim	Não
X	-

A) satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa no período do Plano.

A - Muito Satisfeito	B - Satisfeito	C - Pouco satisfeito	D - Insatisfeito
-	X	-	-

Justificativa:

Em 2009 não foram realizadas pesquisas de satisfação nos sistemas de Recife e de Belo Horizonte. No entanto, as ações visando à melhoria do atendimento ao usuário garantem um resultado positivo neste quesito. Nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió, o atendimento ao usuário é realizado apenas de forma direta pelo pessoal da área de operação. No ano de 2009 foi realizada, através de empresa contratada, nova pesquisa com os usuários da TRENURB, cujos resultados mantiveram altos níveis de satisfação geral. Nesse ano obteve o conceito em 93,6% de satisfação dos usuários, superior ao registrado no ano anterior, que foi de 93%.

b) mecanismo utilizado:

Nos sistemas de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, são realizadas periodicamente pesquisas de opinião, visando à apuração do índice de satisfação do usuário, procedendo-se a uma tabulação dos resultados. Por meio destes resultados, são auferidos subsídios para implementação de melhorias no atendimento, conforto e segurança nas estações e trens. Na TRENURB, a pesquisa foi realizada no período de 26 de novembro a 02 de dezembro, na forma de entrevistas aos usuários nas dezessete estações. Foram entrevistados 500 usuários que avaliaram a TRENURB com os seguintes resultados: 18,4% Muito Satisfeito, 68,6% Satisfeito, 11,5% Pouco Satisfeito e 1,5% Insatisfeito.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa.

2.7.5 Outra Forma de Avaliação do Programa

Sim	Avaliação em andamento	Não
X	-	-

A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Foi realizada pela SPI - Ministério do Planejamento, em 27 e 28 de maio de 2008, uma oficina para montagem do modelo lógico do programa.

B) ASPECTOS AVALIADOS DO PROGRAMA:

Foram analisados o contexto do programa e a sua vulnerabilidade.

C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

O processo foi integralmente desenvolvido nos dias 27 e 28 de maio de 2009. Havia previsão de continuidade, em 2009, para avaliação e redesenho do programa, mas não foi realizada.

2.7.6 Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Sim	Não
X	-

A) Ouvidoria - justificativa:

Os serviços de atendimento ao usuário, existentes nos sistemas de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre; o atendimento ao usuário de forma direta pelo pessoal da área de operação nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió; as pesquisas de opinião visando apuração do índice de satisfação do usuário; atos que incluem também o enfoque à ouvidoria relativamente à operação e expansão dos sistemas. A TRENURB possui uma Central de Atendimento ao Usuário, onde recebe e responde reclamações, informações, sugestões e elogios dos usuários.

B) Audiência Pública - justificativa:

Para os sistemas de Recife e de Belo Horizonte foram realizadas audiências públicas visando à aquisição de nova frota de material rodante. As grandes empresas do setor, incluindo fornecedores de material rodante e indústria, marcaram presença na audiência, tirando dúvidas e fazendo sugestões para a elaboração do edital para licitação.

C) Reunião com grupos de interesse - justificativa:

As ações de implantação, expansão e modernização dos sistemas, bem como o processo de regionalização dos sistemas vem sendo discutido com os principais atores envolvidos, em especial os governos locais.

D) Discussão em Conselho Setorial - justificativa:

Em 2007 foi criada, para acompanhamento do PAC, a Sala de Situação dos trens e metrô, integrando a Casa Civil, MPlanejamento, MFazenda, MCidades, CBTU e TRENURB. Suas reuniões ocorrem periodicamente.

2.7.7 Comentários Adicionais – avaliação da concepção do programa e indicação de aperfeiçoamentos necessários

A) Denominação do Programa

A denominação expressa os propósitos do programa em uma palavra ou frase-síntese, de fácil compreensão pela sociedade. Não há restrição quanto ao uso de nomes de fantasia.

A transferência da gestão dos sistemas de transporte de passageiros aos Estados e Municípios é apenas uma das ações necessárias para proporcionar maior mobilidade às cidades. Integra um contexto mais amplo, no qual outros fatores, como por exemplo, a sustentabilidade (ver o exemplo de Salvador e de Fortaleza, que até hoje depende de recursos federais para pagamento de pessoal), terão peso relevante nas negociações com os governos locais. Assim, torna-se necessária a adequação da denominação do Programa, tendo em vista as alterações de enfoque ocorridas em seu contexto desde sua criação, definindo um propósito mais amplo, maior do que a simples transferência da gestão dos sistemas aos governos locais.

B) Definição dos Indicadores

Os indicadores devem ser capazes de expressar os resultados do programa, captando os efeitos do conjunto de suas ações.

Como já exposto, hoje a descentralização dos sistemas é consequência, entre outros fatores, da implementação das ações em curso. Desta forma, os indicadores existentes são adequados apenas dentro do contexto inicial do Programa. Porém, no panorama atual, o indicador TAXA PONDERADA DE TRANSFERÊNCIA DOS SISTEMAS não é mais suficiente para expressar adequadamente o resultado do Programa, devendo ser estudado um ou mais indicadores, que meçam adequadamente os resultados obtidos pela implantação das ações.

2.8 PROGRAMA 1321 – HABITAÇÃO DE MERCADO

Tipo do Programa

Finalístico.

Problema

O déficit quantitativo habitacional brasileiro da ordem de 6,6 milhões implica na necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente. Há necessidade de que as formas de financiamento habitacional estejam adequadas às faixas de renda das famílias, de forma a permitir o combate efetivo ao déficit.

Objetivo

Ampliar o mercado imobiliário propiciando novas formas de acesso ao financiamento habitacional.

Público Alvo

Famílias com renda superior a 5 salários mínimos.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Antecipação de Recebíveis Imobiliários (Construções) - 9517 (Financiamento concedido/UNIDADE)	1.700,00	2.209,00	740.000.000,00	1.776.669.415,96
Financiamento a Pessoa Física com Renda acima de 5 Salários Mínimos para Construção, Reforma ou Aquisição de Imóvel Novo ou Usado (Carta de Crédito) - 9570 (Família beneficiada/UNIDADE)	39.516,00	50.492,00	987.945.074,00	3.539.227.148,31
Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos (Apoio à Produção) - 9572 (Família)	8.851,00	11.061,00	221.293.801,00	765.668.235,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
beneficiada/UNIDADE)				
Financiamento Imobiliário Habitacional (SBPE) - 90E8 (Família beneficiada/UNIDADE)	288.568,00	143.495,00	10.100.000.001,00	15.741.869.799,00
Financiamento para Compra de Material de Construção (Construcard) - 9516 (Financiamento concedido/UNIDADE)	30.220,00	297.601,00	550.000.000,00	3.030.518.036,78
Subtotal LOA + Créditos 2009		0,00		0,00
Subtotal RAP 2008		0,00		0,00
Subtotal Nao-Orcamentario 2009		12.599.238.876,00		24.853.952.635,05
TOTAL		12.599.238.876,00		24.853.952.635,05

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos				UNIDADE
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
292.400,00	31/12/2005	180998	200.229,00	
Indicador 2				Unidade de Medida
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 10 Salários Mínimos				UNIDADE
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
63.222,00	31/12/2005	38105	43.293,00	

2.8.1 Principais Resultados em 2009

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

Em que pese as previsões em relação às metas físicas e financeiras do programa terem sido definidas em outro contexto macroeconômico, de forma geral, o programa obteve êxito na consecução de seu objetivo, expandindo sobremaneira a concessão de financiamento habitacional (36,8% acima do previsto), ampliando, dessa forma, o crédito e o mercado imobiliário no país. A ação que apresentou o melhor desempenho, com contribuição extremamente relevante para o alcance do objetivo do programa, foi a 9516 (Financiamento para compra de material de construção). Essa ação apresentou um acréscimo de mais de 800% em relação à meta física prevista com a concessão de 297.601 financiamentos. A assertividade do Governo Federal em implementar ações para superação da crise financeira internacional, por meio do consumo interno e construção de moradias, fez com que o desempenho da Ação no ano 2009 ficasse muito acima de todas as expectativas (R\$ 3,03 bilhões). Outra ação relevante, a ação 9572 (Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional

para Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos), foi beneficiada com o advento do Programa Minha Casa Minha Vida que, com suas diretrizes, estimulou a construção de imóveis novos, além de expandir a concessão de subsídios para famílias com renda familiar entre 5 e 6 salários mínimos. Essa ação apresentou um acréscimo de aproximadamente 25% em relação à meta física originalmente prevista. A ação 9570 (Financiamento a Pessoa Física com Renda acima de 5 Salários Mínimos para Construção, Reforma ou Aquisição de Imóvel Novo ou Usado), também apresentou desempenho positivo, com acréscimo de 27,8% em relação à meta física original. A ação 9517 (Antecipação de Recebíveis Imobiliários - Construção) apresentou resultados em sintonia com os objetivos esperados com a implementação da Ação, pois os resultados apresentados na operação se apresentam em curva de ascendência, denotando que as ações e ajustes implementados nesta linha de crédito foram assertivas. Por fim, merece destaque a ação 90E8 (Financiamento Imobiliário Habitacional -SBPE), que alocou de janeiro a dezembro de 2009, cerca de R\$ 33 bilhões para concessão de financiamento imobiliário, totalizando 293.522 unidades habitacionais. Em comparação com as contratações ocorridas em 2008 esses números representam um acréscimo de 13,31% no valor nominal dos financiamentos concedidos.

OBTENÇÃO DO RESULTADO: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA:

Considerando o impacto da crise financeira mundial, iniciada do final do ano de 2008, sobre indicadores relevantes da economia brasileira, em março de 2009 o Conselho Curador do FGTS aprovou medidas complementares referentes às diretrizes de aplicação do Fundo. Essa iniciativa acompanhou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - um conjunto de medidas anticíclicas do Governo Federal que visavam estimular a produção no setor da construção civil e, simultaneamente, reduzir o déficit habitacional, em especial nas faixas de renda até 10 SM, ampliando significativamente o volume de recursos alocados para a concessão de financiamentos, estimulando o aumento substancial na execução do Programa.

2.8.2 Possibilidade de Alcance do Índice Final Previsto Indicador e de Cumprimento de Metas

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011				
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa	
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos (UNIDADE)	292.400,00	31/12/2005	Apurado 180.998,00	09/2008	200.229,00	X	-	-	-	
Fonte: IPEA/IBGE com base nos micro dados da PNAD mais recentes disponíveis										
Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')										
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 10 Salários Mínimos (UNIDADE)	63.222,00	31/12/2005	Apurado 38.105,00	09/2008	43.293,00	X	-	-	-	

Fonte: IPEA/IBGE com base nos micro dados da PNAD mais recentes disponíveis

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

2.8.3 Cobertura do Público Alvo

A Alcance acima de 100% do previsto.	B Alcance entre 80% a 100% do previsto.	C Alcance entre 40% a 80% do previsto.	D Alcance abaixo de 40% do previsto.	E Não aplicável
X	-	-	-	-

Descrição do Público-alvo**:

Famílias com renda superior a 5 salários mínimos.

Justificativa:

O número de financiamentos imobiliários realizados para famílias com renda superior a 5 salários mínimos, 654.885, superou em 77,5% à previsão inicial. Alguns fatores que contribuíram para esse desempenho: a) crescimento da renda real da população; b) a redução na taxa SELIC, que passou de 13,75% ao ano, em dezembro de 2008, para 8,75% ao ano, em dezembro de 2009; c) Lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida.

** Público-Alvo: especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.

2.8.4 Satisfação dos Beneficiários

O programa avalia a satisfação de seus beneficiários***?

Sim	Não
-	X

DIFICULDADES PARA A AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA E COMO AS MESMAS PODERÃO SER SUPERADAS

As ações deste programa se caracterizam por operações individualizadas, realizadas por diversas Instituições Financeiras, concedentes dos créditos imobiliários, dificultando a aplicação de pesquisa pós-ocupação.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa

2.8.5 Outra Forma de Avaliação do Programa

Sim	Avaliação em andamento	Não
X	-	-

A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Balanco anual dos financiamentos imobiliários via SBPE (ABECIP) e Relatório de Gestão do FGTS.

B) ASPECTOS AVALIADOS DO PROGRAMA:

Detalhamento da execução dos financiamentos concedidos.

C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

2010.

2.8.6 Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Sim	Não
X	-

A) Discussão em Conselho Setorial - justificativa:

Conselho Gestor do FGTS, com representação dos trabalhadores, empresariado da Construção Civil e Governo Federal (no caso das ações 9570 e 9572).

2.8.7 Comentários Adicionais – avaliação da concepção do programa e indicação de aperfeiçoamentos necessários

A) Definição dos Indicadores

Os indicadores devem ser capazes de expressar os resultados do programa, captando os efeitos do conjunto de suas ações.

O Déficit Habitacional por faixa de renda em 2005 (Acima de 5 salários mínimos e Acima de 10 salários mínimos) considerado como índice de referência precisa ser alterado, uma vez que ele considera o déficit total, e não o urbano, como deveria ocorrer.

2.9 PROGRAMA 9989 – MOBILIDADE URBANA

Tipo do Programa

Finalístico.

Problema

A ocupação das cidades de forma irracional e socialmente excludente e a deficiência e a incapacidade do poder público em garantir meios e sistemas adequados e suficientes para o deslocamento de pessoas vêm gerando problemas expressivos na mobilidade e acessibilidade urbana. Os pedestres, as pessoas com restrição de mobilidade, os usuários e a população de baixa renda, residentes nas periferias das cidades, sofrem com maior intensidade os efeitos das deficiências dos sistemas de transportes urbanos. Os seus direitos básicos de cidadão, como o acesso à oportunidade de trabalho, aos serviços de saúde e educação e às atividades sociais, religiosas e de lazer, estão comprometidos. Os serviços de transportes urbanos oferecidos nas cidades mostram deficiências no planejamento,

gestão e na utilização de tecnologias, na inadequação do uso das vias, na inexistência de calçadas, vias e sinalização que permitam o deslocamento a pé ou de bicicleta, de forma segura, na inacessibilidade do uso dos transportes coletivos, pela população de baixa renda, devido aos valores tarifários praticadas pelas municipalidades incompatíveis com a renda desta população.

Objetivo

Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas.

Público Alvo

População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2008) Adequação de Vias Urbanas na Região Metropolitana de Salvador - BA - 7L52 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	16.580.363,00	186.583,99
(RAP 2008) Apoio à Conclusão do Tunel II (Joá Pentead) do Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário de Campinas - SP - 7L62 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	16.811.600,00	0,00
Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano - 10SR (Projeto elaborado/UNIDADE)	13,00	0,00	1.000.000,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Ligação Rio-Niterói-São Gonçalo - RJ - 7H24 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	0,00	0,00	20.000.000,00	0,00
Apoio à Implantação de Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG - 7L55 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	80,00	0,00	763.495,00	0,00
Apoio a Implantação de Medidas de Moderação de Tráfego - 2D47 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	72,00	0,00	10.000.000,00	0,00
(RAP 2008) Apoio a Implantação de Medidas de Moderação de Tráfego - 2D47 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	1.000.000,00	12.400,00
Apoio à Implantação do Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário do Rio de Janeiro (Sistema T5) - Terminal da Alvorada, da Barra da Tijuca, ao Terminal da Penha - RJ - 7K08 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	70,00	0,00	35.000.000,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Implantação do Corredor Estrutural	0,00	0,00	4.000.000,00	45.400,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
de Transporte Coletivo Rodoviário na Parte Alta de Maceió - AL - 7L51 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)				
Apoio à Implantação do Novo Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo para a Interligação Centro-Mauá-Rio Grande da Serra - 7L60 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	10,00	0,00	16.049.000,00	0,00
Apoio à Implantação do Trecho Vitória-Serra do Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos na Região Metropolitana de Vitória - ES - 7L53 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	11,00	0,00	20.000.000,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Linhas e Trechos de Sistemas de Trens Urbanos de Estados e Municípios - 0E28 (-/-)	0,00	0,00	30.000.000,00	7.000.000,00
Apoio à Mobilidade Urbana na Cidade de Curitiba - PR - 7N76 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	124,00	0,00	15.940.000,00	0,00
Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano - 10SS (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	77,00	0,00	32.400.000,00	0,00
(RAP 2008) Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano - 10SS (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	11.646.700,00	88.063,43
Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - 10ST (-/-)	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00
Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - 10ST (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	180,00	0,00	29.855.885,00	0,00
(RAP 2008) Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - 10ST (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	1.999.600,00	24.400,00
Apoio às Obras de Implantação de Ligações Urbanas Alternativas entre as Vias Dutra, Ayrton Sena e Avenida Papa João Paulo - Guarulhos - SP - 7L61 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	140,00	0,00	70.000.000,00	0,00
Aquisição de Máquinas e Vagões para o Metrô do Distrito Federal - 7N70 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	54,00	0,00	6.942.000,00	0,00
(RAP 2008) Estudos para Elaboração de Planos Diretores Integrados de Mobilidade Urbana para Áreas Metropolitanas - 2D29 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	0,00	0,00	14.200.000,00	0,00
Financiamento à Infra-estruturar da Mobilidade Urbana - PROMOB - 9A37 (Financiamento concedido/UNIDADE)	100,00	0,00	300.000.000,00	0,00
Financiamento de Infra-estruturar de Transporte	100,00	0,00	600.000.000,00	0,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Coletivo Urbano (Pró-Transporte) - 9930 (Financiamento concedido/UNIDADE)				
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	698.000,00	600.190,77
(RAP 2008) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	83.717,80	21.165,52
Implantação de Via Estruturante em Aracaju - Estado de Sergipe - 7N77 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	39,00	0,00	19.500.000,00	0,00
Subtotal LOA + Créditos 2009	263.148.380,00		600.190,77	
Subtotal RAP 2008	116.321.980,80		7.378.012,94	
Subtotal Nao-Orcamentario 2009	900.000.000,00		0,00	
TOTAL	1.279.470.360,80		7.978.203,71	

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida
Coeficiente de Mobilidade Urbana				Viagens ao dia/habitante
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA	
1,50	01/01/2002		2,00	

2.9.1 Principais Resultados em 2009

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

No final do ano de 2009 foram empenhados recursos no montante de R\$ 50.435.399,00 para o Programa 9989 - Mobilidade Urbana. Este valor não aparece no Quadro Resumo de Metas Físicas e Financeiras apresentado na lapela Caracterização da Avaliação do PPA 2009, pois só foram empenhados no final do ano não havendo tempo hábil para possibilitar sua execução e conseqüentes registros de metas físicas e financeiras. Isto só será atingido em 2010. O valor refere-se a diversas ações, entre elas a Ação 10SS - Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano que teve o empenho de R\$ 3,651 milhões e apoiou 12 projetos, principalmente de adequações de vias, tendo em vista que a ação promove projetos de circulação do transporte coletivo urbano em cidades de médio e grande porte através da implantação de corredores para a circulação prioritária dos transportes coletivos urbanos, execução de projetos integrados de melhorias na infra-estrutura viária dos serviços de transporte coletivo urbano, compreendendo a acessibilidade universal, a integração com os meios não motorizados, drenagem pluvial, pavimentação, pontes, viadutos e segregação de vias; melhoria e/ou implantação de equipamentos fixos de apoio ao transporte coletivo, dentre outras intervenções necessárias para a operação desse serviço. A Ação 10ST - Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados teve o empenho de R\$ 8,468 milhões e apoiou 10 projetos visando promover e valorizar a infra-estrutura para a circulação não-motorizada através da implantação de passeios, passarelas, ciclovias e ciclofaixas, bem como a sinalização necessária, promovendo e priorizando a integração deste modo com os diversos sistemas de transporte coletivo. Para a Ação 7L61 - Apoio às Obras de Implantação de Ligações Urbanas Alternativas entre as Vias Dutra, Airton Sena e Avenida Papa João Paulo - Guarulhos - SP foi empenhado o valor de R\$ 33,7 milhões, no final do

exercício, finalizando o exercício com recente situação de convênio. As metas físicas serão atingidas em 2010 (3 projetos). A Ação 7N77 - Implantação de Via Estruturante em Aracaju - Estado de Sergipe, teve empenhado o valor de 3,954 milhões. Na Ação 10T2 - Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrições de Mobilidade e Deficiência houve empenho no final do exercício no valor de R\$ 1,294 milhões para 3 projetos. Este valor incluiu R\$ 900.216,64 referente a Crédito destacado para a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. Dentro deste total, de R\$ 50.435.399,00, também está incluído o valor de R\$ 600.190,77 que corresponde ao valor empenhado e pago no exercício, logo com meta financeira realizada na Ação 2272 para despesas correntes do programa 9989, único valor que aparece no Quadro Resumo de Metas Físicas e Financeiras apresentado na lapela Caracterização da Avaliação do PPA 2009; o saldo restante será efetivado em 2010 como Restos a Pagar. Em virtude dos empenhos do Programa Mobilidade Urbana do exercício de 2008 terem ocorrido no final do ano, as metas físicas e financeiras de 2008 foram realizadas em 2009, dentre as quais se destacam: Ação OE28(RAP 2008) - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Linhas e Trechos de Sistemas de Trens Urbanos de Estados e Municípios no valor de R\$ 7.000.000,00. Além das ações orçamentárias, outra área de atuação da SeMOB/MCidades refere-se às políticas de Mobilidade Urbana e nesta área, consolidou-se em 2009 o Projeto de Lei da Mobilidade, cujo objetivo fundamental é promover a integração entre os diversos modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas nas cidades - marco importante para a regulação do setor na área de Transporte e Mobilidade Urbana, recomendando sua apresentação ao Congresso Nacional. Ressalta-se ainda que o Programa Bicicleta Brasil completou 5 anos foi promovido o "Dia sem Carro", reunindo setores do governo e da sociedade com o intuito de refletir sobre o modelo atual de Mobilidade e buscar alternativas para seu desenvolvimento. Com vistas à COPA 2014, diversas propostas de empreendimentos foram pré-selecionadas com base em critérios de adequação ao sistema de transporte público urbano e contribuição para a ligação e acesso entre aeroporto e rodoviária, com os estádios e a rede hoteleira, permanecendo como legado para as cidades-sedes, melhorando a infraestrutura existente e conseqüentemente a mobilidade urbana.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance abaixo de 40% do previsto.

JUSTIFICATIVA:

A baixa execução foi devida ao contingenciamento de recursos. Em função das liberações e empenhos terem ocorrido no final do ano, as metas físicas e financeiras de 2009 só serão atingidas em 2010.

2.9.2 Possibilidade de Alcance do Índice Final Previsto Indicador e de Cumprimento de Metas

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Coefficiente de Mobilidade Urbana (viagens ao dia/habitante)	1,50	01/01/2002	Não apurado -	-	2,00	-	X	-	-

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Os indicadores de desempenho relativos à mobilidade urbana são obtidos com levantamentos realizados na região em que se quer aferir utilizando-se pesquisa denominada Origem/Destino, cuja operacionalização é bastante complexa. Em conseqüência, este indicador não está sendo efetivamente utilizado no processo de avaliação dos resultados da atuação governamental na área de transporte e

mobilidade urbana. Com a finalidade de definir e parametrizar indicadores de desempenho, controláveis e quantificáveis, voltados para mensurar, acompanhar e avaliar sistematicamente os programas geridos pelo Ministério, o Gabinete do Ministro das Cidades através da Portaria nº 458 de 12 de novembro de 2009, instituiu Grupo de Trabalho, visando dotar o Ministério de indicadores que expressem sua atuação.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

2.9.3 Cobertura do Público Alvo

A	B	C	D	E
Alcance acima de 100% do previsto.	Alcance entre 80% a 100% do previsto.	Alcance entre 40% a 80% do previsto.	Alcance abaixo de 40% do previsto.	Não aplicável
-	-	-	X	-

Descrição do Público-alvo**:

População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas.

Justificativa:

O desempenho abaixo da expectativa decorre de dois fatores: 1- Restrições orçamentárias e 2- Os empenhos terem sido realizados no final do exercício, impossibilitando atingir a meta prevista no exercício.

** Público-Alvo: especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.

2.9.4 Satisfação dos Beneficiários

O programa avalia a satisfação de seus beneficiários***?

Sim	Não
-	X

DIFICULDADES PARA A AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA E COMO AS MESMAS PODERÃO SER SUPERADAS

A avaliação da satisfação dos beneficiários é extremamente necessária, porém de difícil execução. A utilização dos indicadores adequados para o programa poderá auxiliar nesta avaliação.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa.

2.9.5 Outra Forma de Avaliação do Programa

Sim	Avaliação em andamento	Não
-	-	X

2.9.6 Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Sim	Não
X	-

A) Discussão em Conselho Setorial - justificativa:

O Conselho das Cidades, coordenado pelo Ministério das Cidades, é um canal de permanente discussão sobre os programas existentes. No Conselho destacam-se as reuniões do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana do Conselho das Cidades com atuação de técnicos da SeMOB na Coordenação do Grupo Executivo do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana. Também há participação ativa da SeMOB/MCidades no Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

2.9.7 Comentários Adicionais – avaliação da concepção do programa e indicação de aperfeiçoamentos necessários

A) Definição do Objetivo do Programa em relação ao problema

O objetivo expressa o resultado que se deseja alcançar, ou seja, a transformação da situação a qual o programa se propõe modificar (adequação ao problema). Deve ser expresso de modo claro, preciso e conciso.

Na caracterização do PROBLEMA, sugere-se ajustar para: NOVO TEXTO: As regiões brasileiras vêm crescendo de forma acelerada e desordenada, sem o adequado planejamento urbano. As dificuldades em implantar ações de planejamento urbano, sobretudo nas grandes cidades e regiões metropolitanas, combinadas com a falta de integração entre as diretrizes estabelecidas para o uso do solo e transporte urbanos e a pouca prioridade dada aos sistemas de transporte coletivo e não-motorizados são fatores que contribuem expressivamente para agravamento dos problemas da mobilidade e acessibilidade urbana no Brasil. Os pedestres, as pessoas com restrição de mobilidade, os usuários dos sistemas de transporte e trânsito e a população em geral, principalmente a de baixa renda, que, devido as suas restrições orçamentárias são impedidas de morarem em locais próximos ao trabalho e aos demais destinos de deslocamentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades básicas sofrem com maior intensidade os efeitos das deficiências do sistema. Os seus direitos básicos de cidadão, como o acesso à oportunidade de trabalho, aos serviços de saúde e educação e às atividades sociais, religiosas e de lazer, ficam comprometidos. A inexistência e/ou a inadequação de calçadas, sinalização, guias rebaixadas e demais intervenções que melhor promovam o conforto e a segurança dos usuários do sistema viário, sobretudo dos pedestres, ciclistas, pessoas com deficiência e usuários do sistema de transporte coletivo urbano, dificultam a mobilidade urbana e não priorizam o deslocamento pelos modos de transporte e de circulação não-motorizados. Os serviços de transportes urbanos oferecidos nas cidades mostram deficiências no planejamento, gestão e na utilização de tecnologias mais modernas. No âmbito da mobilidade urbana é necessário que haja o estabelecimento de políticas públicas que otimizem a utilização dos sistemas viários de modo a torná-los mais democráticos e com maior racionalidade na sua ocupação, compartilhando de forma equilibrada a distribuição entre veículos particulares, redes de transporte, pedestres, ciclistas, pessoas com restrição de mobilidade entre outros. No OBJETIVO sugere-se ajustar para: NOVO TEXTO: Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte de passageiros, levando em consideração as questões ambientais, contribuindo para a melhoria da prestação dos serviços de transporte oferecidos à população.

B) Caracterização do Público-Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A definição correta do público-alvo é essencial para o direcionamento adequado das ações do programa. É necessário identificar sua localização (regionalização) e suas características socioeconômicas.

A idéia é ampliar o público-alvo de "população urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas" para "população urbana em geral e usuários de transporte

coletivo urbano, pessoas com restrição de mobilidade e demais usuários do sistema urbano de transporte e trânsito", deixando o Programa 9989 mais abrangente. Esta restrição para municípios maiores do que "x" habitantes poderá ficar definido para as Ações do Programa, cujas intervenções na infraestrutura requeiram maior complexidade no sistema de transporte e de trânsito.

C) Definição dos Indicadores

Os indicadores devem ser capazes de expressar os resultados do programa, captando os efeitos do conjunto de suas ações.

Os indicadores de desempenho relativos à mobilidade urbana são obtidos com levantamentos realizados na região em que se quer aferir utilizando-se pesquisa denominada Origem/Destino, cuja operacionalização é bastante complexa. Em consequência, este indicador não está sendo efetivamente utilizado no processo de avaliação dos resultados da atuação governamental na área de transporte e mobilidade urbana. Com a finalidade de definir e parametrizar indicadores de desempenho, controláveis e quantificáveis, voltados para mensurar, acompanhar e avaliar sistematicamente os programas geridos pelo Ministério, o Gabinete do Ministro das Cidades através da Portaria nº 458 de 12 de novembro de 2009, instituiu Grupo de Trabalho, visando dotar o Ministério de indicadores que expressem sua atuação.

2.10 PROGRAMA 9991 – HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Tipo do Programa

Finalístico.

Problema

O déficit quantitativo habitacional brasileiro da ordem de 6,6 milhões implica na necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente. A produção de moradias dotadas de infraestrutura para a população com renda até 5 (cinco) salários mínimos, segmento que concentra 92% do déficit habitacional, constitui-se desafio a ser enfrentado.

Objetivo

Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.

Público Alvo

Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social - 8875 (plano elaborado/UNIDADE)	600,00	324,00	20.000.000,00	0,00
(RAP 2008) Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social - 8875 (plano	0,00	350,00	18.450.873,11	8.952.825,72

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
elaborado/UNIDADE)				
Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social - 10SJ (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	44.665,00	2.230,00	483.102.098,00	47.049.123,32
(RAP 2008) Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social - 10SJ (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	7.245,00	375.179.400,37	151.647.452,13
(RAP 2008) Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social no Estado do Acre - 7L50 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	5,00	10.000.000,00	118.399,98
Arrendamento Residencial (PAR) - 9483 (Família beneficiada/UNIDADE)	26.665,00	143.740,00	799.999.999,00	5.969.158.512,00
Financiamento a Pessoas Físicas com Renda até 5 Salários Mínimos para Construção, Reforma ou Aquisição de Imóvel Novo ou Usado (Carta de Crédito) - 9558 (Família beneficiada/UNIDADE)	170.344,00	133.498,00	2.963.835.225,00	5.980.474.138,31
Financiamento a Pessoas Físicas Organizadas em Cooperativas e Associações Populares (Crédito Solidário) - 9560 (Família beneficiada/UNIDADE)	6.667,00	1.781,00	100.000.000,00	39.175.831,40
Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (Apoio à Produção) - 9561 (Família beneficiada/UNIDADE)	4.741,00	37.422,00	94.840.203,00	1.773.767.117,00
Financiamento ao Poder Público para Provisão Habitacional de Interesse Social (Pró-Moradia) - 9559 (Família beneficiada/UNIDADE)	8.913,00	0,00	178.242.188,00	0,00
(RAP 2008) Subsídio à Habitação de Interesse Social (Lei nº 10.998, de 2004) - 0703 (-/-)	0,00	0,00	199.577.098,69	193.318.046,19
Subtotal LOA + Créditos 2009	503.102.098,00		47.049.123,32	
Subtotal RAP 2008	603.207.372,17		354.036.724,02	
Subtotal Nao-Orcamentario 2009	4.136.917.615,00		13.762.575.598,71	
TOTAL	5.243.227.085,17		14.163.661.446,05	

Indicadores

Indicador 1			Unidade de Medida
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos			UNIDADE
Índice de Referencia	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
7.136.137,00	31/12/2005		4.886.666,00

Indicador 1		Unidade de Medida	
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos		UNIDADE	
Indicador 2		Unidade de Medida	
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos		UNIDADE	
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2009	Índice Previsto para o final do PPA
7.610.299,00	31/12/2005		5.211.361,00

2.10.1 Principais Resultados em 2009

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

Em que pese as previsões em relação às metas físicas e financeiras do programa terem sido definidas em outro contexto macroeconômico, de forma geral, o programa obteve êxito na consecução de seu objetivo, extrapolando a meta de cerca de R\$ 5,2 bilhões para o ano de 2009. A execução chegou a cerca de R\$ 14,1 bilhões, ou seja, 270% do previsto. As ações responsáveis pelo aumento da execução foram principalmente PAR, Carta de Crédito e Apoio à Produção, representando respectivamente 42%, 42% e 12% do total contratado. O sucesso na execução do programa se deve em parte ao advento do Programa Minha Casa Minha Vida que, com suas diretrizes e aporte de recursos, estimulou a construção de imóveis novos, além de expandir a concessão de subsídios para famílias com renda familiar até 5 salários mínimos.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA:

Esse aumento de contratações se deu principalmente por causa da criação do Programa Minha Casa Minha Vida, cujas modalidades tiveram seus resultados consignados no PAR, Carta de Crédito e Apoio à Produção.

2.10.2 Possibilidade de Alcance do Índice Final Previsto Indicador e de Cumprimento de Metas

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos (UNIDADE)	7.136.137,00	31/12/2005	Não apurado -	-	4.886.666,00	X	-	-	-

Fonte: Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (UNIDADE)	7.610.299,00	31/12/2005	Não apurado	-	5.211.361,00	X	-	-	-
--	--------------	------------	-------------	---	--------------	---	---	---	---

Fonte: Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

2.10.3 Cobertura do Público Alvo

A Alcance acima de 100% do previsto.	B Alcance entre 80% a 100% do previsto.	C Alcance entre 40% a 80% do previsto.	D Alcance abaixo de 40% do previsto.	E Não aplicável
X	-	-	-	-

Descrição do Público-alvo**:

Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos.

Justificativa:

O objetivo é de atender as famílias com renda até 5 salários mínimos por meio da contratação de unidades habitacionais para esse público. Nesse sentido, a meta física, em 2009, para o Programa Habitação de Interesse Social era a contratação de cerca 261.305 unidades habitacionais, mas ao final do exercício o programa já tinha contratado 326.584 unidades habitacionais. As ações responsáveis pelo aumento da execução foram principalmente PAR; Carta de Crédito e Apoio à Produção, que representaram um total de 314.660 contratos. O sucesso na execução do programa se deve em parte ao advento do Programa Minha Casa Minha Vida que, com suas diretrizes e aporte de recursos, estimulou a construção de imóveis novos, além de expandir a concessão de subsídios para famílias com renda familiar até 5 salários mínimos.

** Público-Alvo: especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.

2.10.4 Satisfação dos Beneficiários

O programa avalia a satisfação de seus beneficiários***?

Sim	Não
-	X

DIFICULDADES PARA A AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA E COMO AS MESMAS PODERÃO SER SUPERADAS

As dificuldades de avaliação são diferentes em cada ação: - No caso da ação Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social, a execução da obra e a indicação da demanda é feita de forma descentralizada, pelo poder público local. Não existe pesquisa nacional que agregue informações da satisfação dos beneficiários; - No caso do FGTS as operações se caracterizam por operações individualizadas, realizadas por diversas Instituições Financeiras, concedentes dos créditos imobiliários, dificultando a aplicação de pesquisa pós-ocupação. - No caso da ação PAR em 2009, foi só a partir do mês de março que, no âmbito do PMCMV, as contratações começaram a ser realizadas. Nesse caso, não havia ainda, ao final de 2009, beneficiário do programa ou unidade habitacional concluída.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa

2.10.5 Outra Forma de Avaliação do Programa

Sim	Avaliação em andamento	Não
-	-	X

2.10.6 Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Sim	Não
X	-

A) Consulta Pública - justificativa:

Em outubro de 2009 foi realizada consulta pública nº 1 para proposta de Portaria conjunta SNH/STN que define as condições específicas a serem observadas na oferta pública de recursos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida para municípios com população limitada a cinquenta mil habitantes.

B) Reunião com grupos de interesse - justificativa:

No âmbito das ações que compreendem a implantação de empreendimentos habitacionais é realizado Trabalho Técnico Social, com diversas atividades executados com a participação dos grupos de famílias beneficiadas.

C) Discussão em Conselho Setorial - justificativa:

Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) é formado por dois conselhos: o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho das Cidades (ConCidades). O Conselho Gestor do FNHIS possui representantes de entidades empresariais, dos trabalhadores, da área profissional acadêmica ou de pesquisa, e de organização não-governamental, além de representantes do Poder Público Estadual, do DF, do Poder Público Municipal ou de suas entidades civis de representação. ConCidades é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do MCid e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, bem como acompanhar a sua execução. Atualmente, o ConCidades é constituído por 86 titulares (49 dos segmentos da sociedade civil e 37 dos poderes públicos federal, estadual e municipal), 86 suplentes e 9 observadores dos governos estaduais.

2.10.7 Comentários Adicionais – avaliação da concepção do programa e indicação de aperfeiçoamentos necessários

A) Definição dos Indicadores

Os indicadores devem ser capazes de expressar os resultados do programa, captando os efeitos do conjunto de suas ações.

O Déficit Habitacional por faixa de renda em 2005 (Até 5 salários mínimos) considerado como índice de referência precisa ser alterado, uma vez que ele considera o déficit total, e não o urbano, como deveria ocorrer.